



PESSOAS e LUGARES

Quadro Financeiro Plurianual

Conselho Europeu
aprova orçamento da UE.

p.3

Preparação do Novo Período de Programação

Federação MINHA TERRA
e ADL antecipam 2014-2020.

p.5



Ambiente e desenvolvimento rural

Rota(s) no Parque Natural da Serra da Estrela

Sugestões entre Manteigas, Seia e Gouveia

p.22-23

O modelo de florestação
atual não respeita
a ocupação
dos territórios.

Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles

p.14-16



Com o orçamento da União Europeia na ordem do dia – que após o acordo entre os chefes de Estado e de Governo tem ainda de ser negociado com o Parlamento Europeu, a quem caberá aprová-lo – adensam-se as preocupações relativamente às opções para a Política Agrícola Comum.

Apesar de a Comissão Europeia ter apresentado uma proposta de reforma da PAC que reforçava o desenvolvimento rural e a orientação ambiental da PAC, a proposta de orçamento comunitário aprovada pelos líderes europeus parece contrariar essas opções.

Perante a forte crise económica com que a Europa se confronta, esperava-se o reforço da aposta no desenvolvimento rural, e muito particularmente do LEADER por ser a componente da PAC mais geradora de emprego. Contava-se também com uma resposta às ameaças ambientais através de uma PAC “mais verde”.

Mas na difícil tarefa de conciliar as diferentes posições e interesses, os Governos acordaram um orçamento que não responde às principais questões estratégicas dos territórios rurais da Europa.

A sustentabilidade económica, social e ambiental dos territórios rurais requer diferentes opções políticas e orçamentais, que esperamos que possam ser ainda corrigidas antes das aprovações finais do orçamento europeu e da regulamentação da PAC.

Apesar de essas matérias parecerem estar bem distantes da realidade dos territórios rurais, a verdade é que o seu impacto neles é muito direto, pois elas determinarão o curso das principais opções de política rural até 2020. Consequentemente, irão também condicionar as opções dos agentes dos territórios, assim como a qualidade de vida não apenas das populações rurais mas de todos os cidadãos.

Não existem fronteiras entre o rural e o urbano, muito menos fronteiras que evitem que os problemas de um alastrem ao outro. É assim com todos os assuntos importantes, sejam económicos, sociais ou ambientais.

Neste número do *Pessoas e Lugares* analisamos as ligações entre o ambiente e o desenvolvimento rural. É claro como estes se encontram intrincados. Um modelo de desenvolvimento que não considere o ambiente não só não é sustentável como negligencia o recurso mais valioso de que o mundo rural dispõe. Por outro lado, é também verdade que a preservação do ambiente tem de considerar a presença humana e o desenvolvimento destas populações, que devem ser encarados e enquadrados como fatores protetores, providenciando a preservação dos habitats através da manutenção de atividades ecologicamente sustentáveis.

Muito do trabalho das Associações de Desenvolvimento Local tem passado por promover estas relações complexas e sensíveis, onde o conhecimento do terreno e dos agentes locais assume a maior importância. A metodologia LEADER é a ferramenta por excelência para apoiar este tipo de intervenções, o que foi sucessivamente comprovado nos 20 anos de experiência da sua implementação. É fundamental que a PAC e o seu orçamento reflitam esta realidade, reforçando o LEADER e potenciando assim o desenvolvimento sustentado das zonas rurais.



Regina Lopes
Diretora

PESSOAS E LUGARES

N.º 10 . março 2013 . III série . Bimestral

Propriedade

MINHA TERRA – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local
Rua Bartolomeu Dias, 172 D, 1.º Esq.
1400-031 Lisboa
T. +351 217 819 230
F. +351 217 819 232
E. minhatterra@minhaterra.pt
<http://www.minhaterra.pt>

Diretora

Regina Lopes

Editor

Luís Chaves

Conselho Editorial

Federação MINHA TERRA (Regina Lopes, Luís Chaves, Paula Matos dos Santos), PRODER (Ana Paula Carvalho), RRN (Ana Pires da Silva), PRORURAL (Maria José Aranda e Silva), Empower (Henrique Baltazar)

Redação

Henrique Baltazar (Empower), Paula Matos dos Santos, Raquel Gorjão (Empower)

Colaboraram neste número

Alexandra Marta-Costa, Artur Cristovão, Luís Tibério, Viriato Soromenho-Marques, Vitor Sousa

Fotografias

ACAPORAMA, ADDLAP, ADERES, ADER-SOUSA, ADIRN, ADRAT, ADREPES, ADRIMAG, Conselho da União Europeia, CORANE, DUECEIRA, Filipe Marrão, João Cosme, José Lourenço, Luís Chaves, Luís Faustino, MONTE, Parque Natural do Alvão, PINHAL MAIOR, RAIA HISTÓRICA, Rosino, VICENTINA

Capa: VICENTINA

Rota: ADRUSE, Câmara Municipal de Manteigas, CISE, Confraria da Loriga

Desenho gráfico e paginação

Álvaro Góis (Empower)

Impressão

Europress

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

331087/11

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.

Alguns URL foram reduzidos com o goo.gl, da Google, para facilitar a leitura.


minha terra
por um novo mundo rural

www.minhaterra.pt



© Conselho da União Europeia

Negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020

No Conselho Europeu de 7 e 8 fevereiro, os governos dos 27 Estados-Membros chegaram a acordo quanto ao Quadro Financeiro Plurianual (QFP) para o período de programação 2014-2020.

Uma das pastas cuja negociação foi mais complexa foi a da agricultura e desenvolvimento rural. Além das divergências dos Estados-Membros relativamente ao montante global da Política Agrícola Comum (com uns países a exigirem um grande corte no orçamento da PAC e outros a defenderem a sua manutenção ou mesmo aumento) e aos critérios para o cálculo dos apoios (dependendo desses critérios o envelope atribuído a cada país), existiam também diferenças significativas acerca das opções políticas de fundo: privilegiar as ajudas diretas ou o desenvolvimento rural e reforçar ou diminuir a força das medidas ambientais.

Das negociações resultou uma redução de 14 por cento no orçamento total da nova PAC (menor do que a queda nos restantes fundos), com uma diminuição de 14 por cento no primeiro pilar e 13 por cento no segundo. Se no primeiro pilar (despesas de mercado e pagamentos diretos) o corte é apenas ligeiramente superior ao proposto pela Comissão Europeia, no segundo pilar (desenvolvimento rural) a descida é

mais do dobro (a Comissão tinha sugerido seis por cento).

No que respeita a Portugal, a redução no montante total a receber fica-se pelos 7,6 por cento, melhorando a posição relativa do país no conjunto dos Estados-Membros, levando o Governo Português a considerar positivo o resultado das negociações. Porém, os cortes distribuem-se de diferente forma entre os dois pilares: enquanto o primeiro é reduzido em apenas 2,4 por cento, o segundo sofre uma diminuição de 13,3 por cento.

Outro aspeto considerado positivo pelas autoridades portuguesas foi o facto de terem sido atribuídos 500 milhões de euros ao segundo pilar que poderão ser aplicados sem qualquer participação nacional, o que se revela de particular importância numa altura de grande constrangimento das finanças públicas.

O acordo alcançado prevê que cada país possa decidir transferir entre 15 e 25 por cento do orçamento do segundo pilar para o primeiro, reduzindo assim ainda mais as verbas disponíveis para o desenvolvimento rural.

No que respeita às medidas ambientais, verifica-se o seu enfraquecimento, pois o acordo prevê que cada Estado-Membro possa criar a sua lista

de medidas ambientais, podendo passar assim a haver diferentes interpretações acerca do que significa uma PAC “verde”.

Estes factos levaram a ELARD (European LEADER Association for Rural Development) a tecer duras críticas ao acordo alcançado, denunciando que para alcançar o compromisso, os Estados-Membros acabaram por sacrificar os objetivos que existiam para a reforma da PAC.

O Parlamento Europeu também reagiu negativamente, não só ao acordo alcançado para a PAC mas para o orçamento global da União Europeia. “O Parlamento Europeu não pode aceitar, por princípio” este acordo, expressaram, num comunicado conjunto, os presidentes dos quatro principais grupos políticos (conservadores, socialistas, liberais e verdes), que representam a ampla maioria dos 750 eurodeputados.

Entretanto, a 13 de março, o PE aprovou o relatório, apresentado pelo eurodeputado português Capoulas Santos, sobre os pagamentos diretos aos agricultores e o desenvolvimento rural. Nas propostas aprovadas é defendida uma PAC mais verde, uma maior convergência entre países e regiões, pagamentos diretos só para agricultores ativos, mais transparência e maiores

apoios para os pequenos, jovens e novos agricultores. Capoulas Santos foi mandatado para negociar em nome do PE com os Ministros da Agricultura dos Estados-Membros, o que deverá suceder até julho, altura em que está prevista a aprovação do orçamento europeu.

Atraso na entrada em vigor da PAC

Com as negociações do Quadro Financeiro Plurianual e da proposta legislativa da Política Agrícola Comum ainda a decorrer, é quase certo que os regulamentos da PAC não estarão prontos para entrar em vigor na data prevista, 1 de janeiro de 2014.

Para minimizar os efeitos desse atraso, a Comissão Europeia irá apresentar ao Comité de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu uma proposta de regulamentos transitórios, particularmente para a área do desenvolvimento rural, para que estes possam ser aplicados no período que mediar entre o fim da vigência do atual período de programação e a entrada em vigor efetiva da nova PAC.



2013: Ano Internacional da Cooperação pela Água

A Organização das Nações Unidas declarou 2013 como o “Ano Internacional da Cooperação pela Água”. A campanha vai destacar, ao longo do ano, iniciativas de cooperação de sucesso envolvendo a água. Uma das expectativas é a identificação de problemas candentes sobre educação, água, a diplomacia da água, gestão de águas transfronteiriças, quadros legais e as ligações com os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio.

Com o objetivo de aumentar a consciencialização sobre os desafios da gestão, acesso, distribuição e serviços relacionados a este recurso cada vez mais escasso no planeta, a campanha pretende criar uma oportunidade para retomar os assuntos abordados em 2012 na Conferência das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), e apoiar a criação de novos objetivos para o desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos.

A campanha teve um ponto alto no Dia Internacional da Água, comemorado mundialmente a 22 de março, que pretende chamar a atenção das entidades governamentais e privadas, assim como de toda a sociedade civil, para as questões relacionadas com a água e o saneamento básico.

Combater problemas como a falta de acesso à água potável para cerca de 11 por cento da população mundial e de redes de esgoto para 37 por cento das pessoas no mundo, que, entre outros problemas, é causa de morte para cerca de cinco mil crianças diariamente, é outro dos objetivos da campanha.

Seminário

Circuitos Curtos Agroalimentares

O seminário “Valorizar os produtos agroalimentares locais através de circuitos de proximidade”, promovido pela Rede Rural Nacional, pretende divulgar as experiências de comercialização de proximidade desenvolvidas em Portugal e em França.

A iniciativa, que teve lugar a 24 de janeiro, foi promovida em colaboração com o Grupo interministerial para a elaboração de uma Estratégia para a Valorização da Produção Agrícola Local (GEVPAL), contando com o apoio da Câmara Municipal de Alcochete e da ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal.

O Auditório do Fórum Cultural de Alcochete acolheu o seminário, que contou com a presença de Daniel Campelo, na altura Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvi-

mento Rural. Os temas principais do programa passaram pelo “Projeto de organização do circuito curto de fornecimento à restauração coletiva do Pays du Mans (França) e “Iniciativas de comercialização de proximidade em Portugal”.

À luz destes temas, foi abordado o fornecimento de produtos agroalimentares locais à restauração coletiva (cantinas coletivas e restauração) e a comercialização de cabazes hortofrutícolas e feiras de produtos tradicionais.

Também com o objetivo de desenvolver a adoção de circuitos curtos de comercialização, foi realizado um outro seminário no dia seguinte, 25 de janeiro, na Secretaria Geral do MAMAOT, sobre “Estratégias, políticas públicas e medidas de apoio à comercialização de produtos agroalimentares locais em circuitos curtos”.

Nesta iniciativa realizou-se a troca de informação e conhecimento sobre estas questões, com base na experiência francesa, apresentada por uma representante do Ministério da Agricultura, do Agroalimentar e das Florestas de França, perspetivando a abordagem deste tema no quadro das orientações comunitárias para o desenvolvimento rural no próximo quadro de programação financeira, que já é reconhecida como uma linha de trabalho importante em Portugal.

A iniciativa dirigiu-se a dirigentes e técnicos de organizações com responsabilidades na definição das políticas e das medidas de apoio ao desenvolvimento rural e territorial, assim como a representantes de organizações do setor agrícola, e com intervenção no desenvolvimento rural.

ELARD: reeleição de Petri Rinne

A assembleia-geral da ELARD – European LEADER Association for Rural Development, realizada a 5 de dezembro, em Bruxelas, decidiu por unanimidade prolongar por um ano o mandato do seu presidente, Petri Rinne, em representação da rede Finlandesa de Grupos de Ação Local. Licenciado em engenharia florestal, é desde 2001 coordenador do Grupo de Ação Local Joutsentenreitti, na Finlândia, e tem vindo a contribuir para a implementação da metodologia LEADER em novos países da União Europeia.

Eleições na ADIBER

Miguel Ventura foi reeleito para a presidência da ADIBER. Na Assembleia-geral, realizada a 28 de dezembro, disse que o plano proposto para os próximos dois anos reafirma a vontade da associação em “combater a resignação e o pessimismo, continuando a bater-se por uma região coesa, unida e empreendedora”.

A ADIBER antevê um 2013 marcado pela preparação do novo Quadro Estratégico Comum e pela resposta do território aos desafios colocados pela União Europeia para a promoção do Desenvolvimento Rural.

MONTE promove oficinas de Empreendedorismo e Empregabilidade

As oficinas de *Procura Ativa de Emprego, Empreendedorismo e Trabalho em Rede e Empreendedorismo e Inovação Social*, realizadas em Arraiolos e Évora, a 14, 17 e 21 de dezembro, contaram com 60 participantes. Desempregados, empresários e técnicos do Terceiro Setor foram os principais públicos da iniciativa promovida, no âmbito do Acordo de Cooperação IEFPP/Animar, com o objetivo de fomentar a prática de trabalho em rede entre empresas e a inovação social.

Montanhas Mágicas, uma Estratégia para o Turismo Sustentável

Workshop promovido pela ADRIMAG, no âmbito do PROVERE Montemuro, Arada e Gralheira, para a discussão de estratégias de desenvolvimento local assentes num turismo responsável e sustentável.

Além da apresentação do programa de ação que traduzirá a candidatura à Carta Europeia de Turismo Sustentável, foram exploradas as oportunidades ligadas ao turismo de natureza como produto turístico estratégico, e partilhadas práticas de entidades com experiência consolidada na temática.

Novo período de programação lança desafios aos territórios e às organizações

A estruturação do próximo ciclo de fundos estruturais, que ao nível do Desenvolvimento Local de Base Comunitária prevê instrumentos de intervenção que articulam os diferentes fundos estruturais (FEDER, FSE, Fundo das Pescas e FEADER para o Desenvolvimento Rural), é uma oportunidade que requer preparação. As ADL preparam as equipas técnicas e, simultaneamente, iniciam processos de informação e reflexão, mobilizando as entidades dos respetivos territórios para as construção de Estratégias de Desenvolvimento Local integradas e participadas.

Seminários de preparação do próximo período de programação

Três seminários organizados por Associações de Desenvolvimento Local analisaram e discutiram a preparação do novo período de programação de fundos comunitários.

O último dos seminários, promovido pela ADRAT – Associação de Desenvolvimento da Região do Alto Tâmega, foi realizado em Chaves a cinco de dezembro. Subordinado ao tema “Desenvolvi-

mento Local 2020”, o evento abordou os principais desafios que irão orientar os programas nacionais de desenvolvimento rural nos Estados-Membros.

Com a implementação do próximo quadro comunitário de apoio, espera-se aprofundar o tema do Desenvolvimento Local como uma base importante para o crescimento e consolidação do projeto europeu.

A 16 de novembro, foi realizado o seminário “Empreendedorismo e Desenvolvimento Regional”, subordinado ao tema “Península de Setúbal no Horizonte 2020”, promovido pela ADREPES – Associação para o Desenvolvimento Ru-

ral da Península de Setúbal e o Instituto Politécnico de Setúbal. No seminário foram realizados sete workshops temáticos, nos quais os participantes foram convidados a refletir sobre a estratégia da região para o período 2014-2020.

Também o MONTE – Desenvolvimento Alentejo Central, ACE realizou um seminário no âmbito da preparação do próximo período de programação, a 27 e 28 de Setembro. O encontro pretendeu mobilizar os agentes do território para uma reflexão participada e sistematizada, de forma a reunir os contributos que irão integrar a Estratégia de Desenvolvimento Local.



Formação das ADL

A Federação MINHA TERRA organizou um conjunto de ações de formação, entre 14 de janeiro e 22 de fevereiro, destinada às Associações de Desenvolvimento Local, com vista a contribuir para a qualificação das equipas das ADL, de forma a melhorar a sua intervenção nos territórios e apoiar a elaboração, implementação e monitorização das Estratégias de Desenvolvimento Local para 2014-2020.

As quatro sessões de formação, cada uma com 18 horas, realizaram-se em Amarante, Caramulo, Sesimbra e Évora, envolvendo 107 participantes. Estes puderam adquirir um conjunto de competências nos domínios de análise estratégica, da elaboração de estratégias, da conceção e avaliação de programas

de desenvolvimento local, com vista à formulação de estratégias para o próximo período de programação.

Com o apoio do Programa para a Rede Rural Nacional (PPRN), a MINHA TERRA promoveu esta iniciativa que teve como base as necessidades (estratégicas e de gestão) específicas destas organizações e procurou introduzir metodologias de organização de trabalho inovadoras e eficientes.

O futuro período de programação de fundos comunitários coloca um grande desafio ao nível do desenvolvimento local dos territórios rurais e exige que as ADL actualizem as competências adequadas à sua intervenção nos territórios, na melhoria quer dos serviços prestados, quer da eficácia e eficiência na implementação das políticas públicas.



ADERES cria passaporte gastronómico

A iniciativa apela à descoberta da cozinha tradicional do território Estrela-Sul, através da degustação de 11 pratos nos 16 restaurantes aderentes. Bacalhau com cereja, cabrito recheado e arroz de zimbros são algumas das especialidades que constam da ementa.

A iniciativa, enquadrada na Cooperação LEADER, surge na sequência de um conjunto de ações promovidas pela ADERES com o objetivo de promover a gastronomia tradicional local, com destaque para a Carta Gastronómica Estrela-Sul.

Lampreia do Minho, prato de excelência

A iniciativa promovida pela ADRIMINHO continua, pelo 4.º ano consecutivo, a unir os concelhos do Vale do Minho na promoção da gastronomia da região, através de um prato que é considerado uma iguaria de excelência. Durante os meses de fevereiro e março (aos fins de semana) foi possível degustar o sublime ciclóstomo nos restaurantes aderentes de Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Vila Nova de Cerveira e partir à descoberta da região.

ZOOM.ORG

O novo portal da economia social – da Cooperativa António Sérgio (CASES) – é uma plataforma aberta a todas as organizações, que permitirá divulgar produtos e serviços, bem como oportunidades de emprego e de voluntariado. Aumentar o conhecimento entre as organizações da economia social, a visibilidade da economia social e promover a captação e otimização de recursos são os principais objetivos do portal, apresentado como um projeto estruturante para a economia social. Está aberto o pré-registo de organizações.

ESDIME: VERA aprovado em Aljustrel

O projeto VERA – Vítimas Em Rede de Apoio visa reforçar a capacidade de resposta das entidades do concelho de Aljustrel ao problema da violência de género, através da qualificação, a criação de um modelo integrado de resposta e um serviço de atendimento e encaminhamento das vítimas. O primeiro workshop participativo, realizado a 25 de janeiro, deu início às ações deste projeto, com a duração de 13 meses, financiado pelo POPH, no quadro do Eixo 7, gerido pela Comissão para Cidadania e Igualdade de Género.

Conta Satélite da Economia Social

O Instituto Nacional de Estatística (INE) publicou os resultados preliminares da Conta Satélite da Economia Social relativos a 2010. Este primeiro retrato deste setor, elaborado em parceria com o Instituto António Sérgio para a Economia Social, confirma o peso que a economia social tem na economia portuguesa.

Os dados do INE revelam que a Economia Social representa 5,5 por cento do emprego remunerado em Portugal, correspondente a 286 mil postos de trabalho a tempo inteiro. Trata-se de um nível de emprego superior ao de setores como a saúde, a indústria têxtil, os transportes ou as atividades financeiras e seguros, entre muitas outras. São mais de 55 mil organizações que produzem bens e serviços, cujo valor é estimado em 8,9 mil milhões de euros.

A propósito da publicação destes números, o Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social, Marco António Costa, afirma que eles “têm a importância de deixarmos de trabalhar com base em palpites e passarmos a trabalhar com estatísticas certificadas pelo INE. Provavelmente é a única conta satélite da economia social a nível mundial que congrega as atividades mercantis e não mercantis [setor cooperativo, mutualidades, misericórdias, IPSS, fundações, associações de cultura, recreio e lazer] que promovem o bem-estar e a ação social e participam ativamente no desenvolvimento económico e no emprego do país.”

Quintais chegam às bancas do Pinhal

Produtos frescos como legumes e fruta da época, passando pelo queijo, mel, compotas, pão, ervas aromáticas, chás e outros produtos regionais vindos diretamente dos quintais dos produtores enchem as bancas deste certame.

“Os quintais nas Praças do Pinhal” são uma forma de aproveitar o que de melhor existe na região do Pinhal.

Iniciados em novembro, os mercados realizam-se no segundo domingo de cada mês, em sistema de rotatividade

pelos cinco concelhos que integram a Pinhal Maior – Associação de Desenvolvimento do Pinhal Interior Sul. Sertã, Mação, Proença-a-Nova e Oleiros já acolheram esta iniciativa. Segue-se Vila de Rei, no dia 10 de março, completando assim o primeiro ciclo do evento, apoiado pelo LEADER.

Para os agricultores da região é uma forma de escoarem os seus produtos de qualidade, “melhorar as condições de algumas famílias que, não vivendo diretamente da

agricultura, possam encontrar nestes mercados uma mais-valia e reforço da economia familiar”. Além disso, “temos uma montra de produtos locais que permite mostrar um pouco do que se faz na região, valorizando o que é endógeno”, afirma João Paulo Marçal Lopes Catarino, presidente da Pinhal Maior.

Decorridos quatro “Quintais”, o balanço é “excelente”, “tanto no que diz respeito à adesão e participação por parte dos produtores e artesãos como à resposta do público,

que tem participado de forma muito expressiva”, confirma o presidente da Pinhal Maior.

Cada feira conta ainda com animação musical, artesanato e os produtores são convidados a participar nos certames dos concelhos vizinhos, de forma a criar uma maior interação e dinamização dos produtos e da região.

Para a Pinhal Maior, a expectativa do projeto é que, a médio prazo, venha a tornar-se sustentável. O objetivo é «dar aos produtores condições para se afirmarem mas ao mesmo tempo capacitá-los para agarrarem o projeto e o dinamizarem», conclui João Paulo Catarino.

Qualquer produtor interessado em aderir pode a qualquer momento inscrever-se para as praças. Toda a informação é disponibilizada diretamente pela Pinhal Maior.



3.º Concurso LEADER LEADERSOR

Os 36 projetos aprovados, totalizando 5,5 milhões de euros de investimento elegível, 3,2 milhões de euros de despesa pública, vão criar 36 postos de trabalho no território de intervenção da associação, abrangido pelos concelhos de Alter do Chão, Avis, Fronteira, Mora, Ponte de Sor e Gavião. Dezassete projetos enquadram-se na medida de apoio à Diversificação da economia e criação de emprego e 19 na Melhoria da qualidade de vida. A LEADERSOR tem novo concurso aberto desde 18 de fevereiro.

SOL DO AVE com Escolhas até 2015

O projeto InOut, candidatado à 5.ª Geração do Programa Escolhas pela SOL DO AVE, será desenvolvido entre janeiro de 2013 e dezembro de 2015 em Fafé.

Envolvendo outras entidades da região, o InOut irá envolver crianças, jovens e familiares residentes no Bairro da Cumieira, através de diversas atividades no âmbito da capacitação pessoal, escolar e profissional.

Promover a inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis é a função do Programa Escolhas.

Concurso LEADER 2012 TAGUS

Entre as 60 candidaturas recebidas em 2012, a TAGUS aprovou 21 projetos que somam mais de 2,3 milhões de euros de investimento e 27 novos postos de trabalho nos concelhos de Abrantes, Constância e Sardoal.

Estes projetos enquadram-se nas três ações da medida 3.1 (Diversificação da economia e criação de emprego) e na ação 3.2.1 da medida 3.2 (Melhoria da qualidade de vida). Brevemente, deverá ser conhecida a decisão sobre as 17 candidaturas apresentadas à ação 3.2.2 (Serviços básicos para a população rural).

LEADER Interior Algarve Central

A IN LOCO aprovou, até final de 2012, 55 projetos no âmbito do SP 3 PRODER/Abordagem LEADER que representam mais de 5,5 milhões de euros de investimento e 150 postos de trabalho no Interior do Algarve Central.

Para 2013, a verba disponível para investimento neste território, abrangendo freguesias dos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, São Brás de Alportel, Silves e Tavira, ascende a 2,7 milhões de euros. As candidaturas deverão ser formalizadas junto da Associação IN LOCO, sediada em São Brás de Alportel.



Inauguração da loja “Portugal Interior”

A loja Portugal Interior – a Paixão de uma Região – abriu as portas ao público a 26 de janeiro, no Cais de Gaia; local já considerado uma importante atração turística por acolher milhares de visitantes durante o ano.

Promover e comercializar, na área metropolitana do Porto, o que de melhor se produz na Beira Interior Norte é o objetivo deste novo projeto das Associações de Desenvolvimento Local (ADL) RAIA HISTÓRICA – Associação de Desenvolvi-

mento do Nordeste da Beira da PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte.

O espaço, em pleno centro histórico de Vila Nova de Gaia, foi totalmente remodelado para acolher produtos selecionados dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Mêda, Pinhel, Trancoso e Sabugal – territórios de intervenção das ADL.

Vinho, queijo, fumeiro, azeite, bolos, compotas e mel são alguns dos produtos

disponíveis na loja Portugal Interior, onde também não falta o artesanato da região. No espaço serão acolhidas iniciativas de animação que cativam a atenção dos visitantes para os recursos, património e oferta turística dos territórios de intervenção das duas associações.

As ADL responsáveis pelo espaço estão também a planejar a abertura de uma loja na região de Lisboa, alargando deste modo a promoção dos produtos da sua região junto de um público mais vasto.



Road show LEADER pelo Alentejo Central

Divulgar e esclarecer a população interessada em apresentar candidaturas ao Subprograma 3 do PRODER/Abordagem LEADER foi o objetivo da iniciativa do Grupo de Ação Local (GAL) MONTE que percorreu os 10 concelhos do território de intervenção do GAL MONTE, de 8 a 21 de janeiro.

As 10 sessões, uma por concelho, registaram um total de 100 participantes, entre os quais, beneficiários do apoio LEADER que partilharam a sua experiência desde a apresentação da intenção de

candidatura à execução e desenvolvimento dos projetos.

As candidaturas às medidas de “Diversificação da economia e criação de emprego” e “Melhoria da qualidade de vida” do GAL MONTE encerraram a 28 de fevereiro. O montante de apoio LEADER disponível para investimento no Alentejo Central – concelhos de Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa – ascende a 4,9 milhões de euros.

VICENTINA promove sessões LEADER



De 15 a 31 de janeiro, a associação Vicentina/GALADERE foi ao encontro da população do seu território de intervenção para divulgar a abertura de uma nova fase de candidaturas ao Subprograma 3 do PRODER/Abordagem LEADER.

Identificar projetos foi o principal objetivo das seis ses-

sões de esclarecimento realizadas em Aljezur, Monchique, Vila do Bispo, Silves, Bensafrim (Lagos) e Mexilhoeira Grande (Portimão), que registaram uma média de 50 participantes.

Privilegiando o diálogo e o espaço para a discussão de aspetos mais específicos, através de grupos de trabalho temáticos, segundo a estrutura das

ações LEADER e em função dos interesses dos participantes, as sessões revelaram-se bastante dinâmicas.

“As perspetivas são positivas”, considera a associação, esperando que as novas ideias possam, com o acompanhamento da equipa técnica local, evoluir para pedidos de apoio concretos.

O setor do turismo em espaço rural na modalidade de casas de campo surge, mais uma vez, como o mais dinâmico, seguindo a tendência dos concursos anteriores. No entanto, a VICENTINA salienta as novas intenções de projetos de agroturismo, nomeadamente, entre jovens agricultores.

Com candidaturas abertas às medidas de “Diversificação da economia e criação de emprego” (até 30 de junho) e “Melhoria da qualidade de vida” (até 30 de março), o GAL ADERE dispõe de quase dois milhões de euros para apoiar o investimento nos seis concelhos do Sudoeste algarvio.

LEADER Estrela-Sul

ADERES entrega contratos e abre novo concurso

Com a abertura de um novo período de receção de candidaturas ao Subprograma 3 do PRODER/Abordagem LEADER, em março, a ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul – prevê um investimento de mais dois milhões de euros no território (de intervenção) Estrela-Sul.

Na soma dos dois concursos já realizados, a associação conta com 45 projetos aprovados que representam 5,2 milhões de euros de investimento total, 3,1 milhões dos quais de apoio público, e 44 novos postos de trabalho.

A 13 de dezembro, numa cerimónia realizada no H2otel, em Unhais da Serra, a ADERES procedeu à entrega dos contratos aos promotores do último concurso, no âmbito do qual foram aprovados 18 projetos, num investimento

total de 1,5 milhões de euros, que contribuirão para a criação de seis postos de trabalho.

Um número reduzido que se justifica pelo facto de o Grupo de Ação Local (GAL) ter esgotado a verba disponível na ação 3.2.2 (Serviços básicos para a população rural) logo no primeiro concurso, como explicou o coordenador/presidente da ADERES, salientando que “o grande contributo para a criação de emprego no território Estrela-Sul vem da Economia Social”.

Referindo-se ainda à fragilidade do tecido económico do território e ao arranque tardio da execução da Estratégia Local de Desenvolvimento, José Armando Serra dos Reis assinalou o bom desempenho do GAL ADERES, com uma taxa de execução muito próxima dos 30 por cento.



ADIRN faz balanço do LEADER no Ribatejo Norte

Entre os anos de 2009 e de 2012, a ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte aprovou, no âmbito do Subprograma 3 do PRODER/Abordagem LEADER, 97 projetos num montante total de investimento de 15 milhões de euros, que corresponde a 9 milhões de euros de apoio público.

A aprovação destes projetos, entre as 196 candidaturas apresentadas nos três concursos realizados, representa ainda a criação de 185 postos de trabalho nos concelhos de Alcanena, Ferreira do Zêzere, Tomar, Torres Novas, Ourém e Vila Nova da Barquinha.

As maiores fatias do investimento foram para a “Criação e desenvolvimento de microempresas” e os

“Serviços básicos para a população rural”.

O balanço de quatro anos de investimentos de apoio ao desenvolvimento rural do Ribatejo Norte, com a apresentação de uma pequena seleção de projetos apoiados pelo LEADER, foi um dos objetivos da sessão pública realizada pela ADIRN a 24 de janeiro, no Hotel dos Templários, em Tomar.

O evento ficou marcado também pela entrega de 23 contratos de financiamento de projetos aprovados no último concurso – totalizando quatro milhões de euros de investimento – e apresentação de um novo período para receção de candidaturas ao LEADER (11 de fevereiro a 11 de março de 2013).

A ADIRN considerou ainda oportuno dar a conhecer

as perspetivas que se colocam para o desenvolvimento rural no próximo período de programação de fundos comunitários.

Fazendo o enquadramento do futuro Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020, Mário Fidalgo, vice-presidente da Federação MINHA TERRA, assinalou a importância do Desenvolvimento Promovido pelas Comunidades Locais. O conceito que vem reafirmar as características fundamentais da Abordagem LEADER, sobretudo na sua dimensão de envolvimento das comunidades locais e da participação das populações na construção das Estratégias Locais de Desenvolvimento, mas também reforçar o papel dos Grupos de Ação Local a nível nacional e da União Europeia.



LEADER Terras do Sousa

13,6 milhões de euros de investimento, 148 novos postos de trabalho

Os resultados alcançados pela ADER-SOUSA – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa – nos dois concursos LEADER traduzem a aprovação de 74 projetos nos concelhos de Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. A maior parte,

46 projetos, foi aprovada no último concurso. A sessão de entrega dos contratos de financiamento aos promotores desta meia centena de projetos, representando um investimento superior a 8 milhões de euros, dos quais 5,1 milhões correspondem a participação

pública, e a criação de 84 postos de trabalho, realizou-se a 9 de janeiro, em Lousada.

Na cerimónia, que decorreu no auditório municipal, o presidente da direção de projetos da ADER-SOUSA, Pedro Mendes, destacou, mais que a quantidade, a enorme diver-

sidade de projetos apoiados pelo LEADER. Os pedidos de apoio foram apresentados maioritariamente por empresas, mas também por organizações do Terceiro Setor e promotores individuais.

A ADER-SOUSA aproveitou ainda a oportunidade desta sessão para divulgar os apoios (ainda) disponíveis no âmbito do Subprograma 3 do PRODER/Abordagem LEADER, de forma a suscitar o aparecimento de novas candidaturas enquadráveis na estratégia local das Terras do Sousa.



2012: Balanço do LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural

PRODER, PRORURAL e PRODERAM

A Abordagem LEADER nos Programas de Desenvolvimento Rural do continente (PRODER), da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) e da Região Autónoma da Madeira (PRODERAM) registou, ao longo de 2012, uma evolução muito favorável.

Com efeito, em termos acumulados, o número de projetos aprovados cresceu 31 por cento, para 3.464, enquanto o investimento total realizado por esses projetos teve um incremento de 43 por cento, representando agora cerca de 474 milhões de euros.

Outro aspeto a destacar é ao nível do emprego: os projetos aprovados até ao final do ano transato deverão gerar mais de

cinco mil empregos diretos, num crescimento de 29 por cento relativamente ao ano anterior. Estes números são de uma extrema importância, sobretudo numa altura de forte crise económica, em que a criação de emprego é tão determinante quanto difícil. O LEADER revela assim que existe nos territórios rurais potencial para o crescimento económico e a criação de empregos, assim os agentes do mundo rural possam obter apoios para os criarem.

É também relevante o facto de o número total de projetos que se candidataram ao LEADER ter crescido 31 por cento, alcançando o número de 7.334 em 31 de dezembro.

A maior parte deste montante destina-se a projetos de Diversificação da Economia das Zonas Rurais, que é também a área mais geradora de emprego. Seguem-se os Serviços Básicos para a População Rural e, por fim, a Conservação e Dinamização do Património Rural.

Apesar das diferenças na evolução dos diferentes Programas de Desenvolvimento Rural, todos eles apresentaram resultados muito positivos, situando-se o aumento dos postos de trabalho criados entre os 25 por cento no continente e nos 83 por cento na Região Autónoma da Madeira (mas com valores absolutos, obviamente, muito inferiores).

PRODER	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 – Diversificação de Atividades na Exploração Agrícola	568	99 321	262	45 825	23 254	345
3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas	2 122	286 588	886	126 161	65 949	1 791
3.1.3 – Desenvolvimento de Atividades Turísticas e de Lazer	1 370	276 674	489	102 977	51 430	753
TOTAL Medida 3.1	4 060	662 584	1 637	274 963	140 633	2 889
3.2.1 – Conservação e Valorização do Património Rural	1 391	140 559	719	71 294	37 883	394
3.2.2 – Serviços Básicos para a População Rural	1 456	214 191	743	105 907	59 791	1 611
TOTAL Medida 3.2	2 847	354 751	1 462	177 201	97 674	2 005
TOTAL	6 907	1 017 334	3 099	452 164	238 307	4 894

PRORURAL	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1.1 – Diversificação de Atividades não Agrícolas na Exploração	8	1 276	9	1 395	688	9
3.1.2 – Criação e Desenvolvimento de Microempresas	92	8 206	84	7 664	3 669	130
3.1.3 – Incentivo a Atividades Turísticas e de Lazer no Espaço Rural	14	1 076	10	816	331	8
TOTAL Medida 3.1	114	10 558	103	9 874	4 689	147
3.2.1 – Serviços Básicos para a População Rural	51	2 792	47	2 456	867	12
3.2.2 – Conservação e Valorização do Património Rural	116	4 648	105	4 859	2 981	3
TOTAL Medida 3.2	167	7 440	152	7 315	3 848	15
TOTAL	281	17 998	255	17 189	8 537	162

PRODERAM	Total de Candidaturas Entradas		Projetos Aprovados			Postos de Trabalho Previstos
	N.º	Inv. Total Mil €	N.º	Inv. Total Mil €	Despesa Pública Mil €	
3.1 – Diversificação das Economias Rurais	37	3 799	16	1 506	1 097	27
3.2 – Serviços Básicos para a População Rural	14	466	11	363	291	0
3.3 – Conservação e Valorização do Património Rural	95	3 237	83	2 501	1 888	6
3.5 – Formação e Informação	0					0
TOTAL	146	7 502	110	4 370	3 276	33



Congresso Nacional a 11 de junho

O Vinho e o Mundo Rural

Por ocasião da 50.^a Feira Nacional da Agricultura, que será realizada no CNEMA, em Santarém, entre 8 e 16 de Junho, irá decorrer também o “Congresso Nacional do Vinho e do Mundo Rural”, a 11 de junho. O congresso, uma iniciativa da Associação de Municípios Portugueses do Vinho, deverá focar-se no vinho e de toda a economia a este associada como vetores de desenvolvimento sustentável do mundo rural.

A Federação MINHA TERRA é uma das entidades que compõem a Comissão Executiva do Congresso, onde têm também assento a CAP – Confederação dos Agricultores de Portugal, a FENADEGAS – Federação Nacional de Adegas Portuguesas, a Fundação da Mata do Bussaco, o Instituto da Vinha e do Vinho, a Associação Nacional Denominações de Origem Vitivinícolas e o CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.

Para mobilizar o debate e envolver o maior número de organizações dos territórios rurais, o congresso será precedido de um conjunto de 10 Fóruns Regionais, organizados de acordo com as temáticas “Novos desafios do Mundo Rural”, “Vinho e Economia Sustentável”, “Vinho e Comunicação”, “Vinho, Gastronomia e Turismo” e “Vinho, Autarquias e Agentes Locais”.

Foram já realizados alguns dos Fóruns Regionais previstos, com a participação ativa de Associações de Desenvolvimento Local na sua organização. Estas iniciativas continuarão a realizar-se ao longo do primeiro semestre deste ano, até à realização do congresso, um pouco por todo o país.

Neste âmbito, a 19 e 20 de abril, em Borba e Reguengos de Monsaraz, terá lugar o Fórum Regional dos Vinhos do Alentejo.



Ambiente e desenvolvimento rural

Apesar das primeiras leis de defesa do ambiente datarem do século XIX – em 1861, o Imperador do Brasil, D. Pedro I, aprovou uma lei para proteger a Floresta da Tijuca; em 1863 o Parlamento Inglês aprovou a primeira lei ambiental, que regulava a emissão de poluentes do ar pela indústria do vidro de então; em 1872, nos Estados Unidos da América, foi criado o primeiro parque nacional, o Parque de Yellowstone – foi a partir dos anos 60 do século passado que a defesa do ambiente começou a ter mais expressão.

Desde então, um pouco por todo o mundo, foram sendo criadas associações de defesa do ambiente, algumas das quais realizavam ações de grande espetacularidade, que chamavam a atenção da opinião pública para o tema. Entretanto, começaram também a ser publicados numerosos estudos cientí-

ficos que revelavam as consequências da poluição.

Para a História fica o caso do DDT, que em 1949 tinha valido o Prémio Nobel da Medicina ao químico alemão Paul Hermann Müller, pela descoberta das propriedades pesticidas do produto, mas que veio a ser proibido no início dos anos 70, depois de, em 1962, a bióloga norte-americana Rachel Carson ter denunciado os seus graves malefícios para o ambiente e para a saúde, no seu livro “Primavera Silenciosa”.

A crescente consciencialização da opinião pública relativamente à necessidade de proteger o ambiente, a par do conhecimento científico cada vez mais profundo acerca da matéria, trouxe o ambiente para a ribalta, passando a ser alvo também de políticas públicas. Estas não se restringiram às questões da poluição, mas integraram

também, como não poderia deixar de ser, o ordenamento do território.

Gradualmente, foram sendo criados limites ambientais cada vez mais exigentes, uns por iniciativa de cada país, outros por imposições internacionais.

Assim sucedeu com Portugal, cuja adesão, em 1986, à então Comunidade Económica Europeia, foi acompanhada da obrigatoriedade de tramitação para a legislação nacional da legislação europeia em matéria ambiental.

Estes desenvolvimentos na proteção da natureza não foram isentos de conflitos e tensões. Por um lado, existiram e continuam a existir muitas pessoas e organizações que consideram que as restrições ambientais devem ser maiores; outras, porém, consideram que as restrições já existentes são excessivas, limitando o desenvolvimento.

Apesar destas tensões, é incontornável que a proteção ambiental pode

criar (ou manter) condições propícias ao desenvolvimento. Tratam-se, obviamente, de modelos de desenvolvimento compatíveis com a preservação ambiental e que são, eles próprios, induzidos pelas características dos territórios.

É o que sucede nas zonas rurais, onde o carácter da ruralidade, com aquilo que a esta vem associado – a paisagem, a cultura, os costumes, etc. –, é a principal mais-valia dos territórios. São as especificidades de cada território, os seus activos e identidade que se constituem como fatores diferenciadores, com potencial para tornarem esse território competitivo.

O Turismo de Natureza desponta como um dos setores de mais elevado potencial (de acordo com o Plano de Estratégia Nacional para o Turismo, em 2004 realizaram-se 22 milhões de viagens em que o principal fator



motivador foi usufruir da natureza, prevendo-se a partir de então a taxa de crescimento terá rondado os sete por cento ao ano), mas este está longe de ser o único setor que beneficia da preservação ambiente.

Muitas das atividades económicas dos territórios rurais – da produção agrícola à transformação de produtos locais, passando pelo comércio – podem recorrer à identidade local como fator impulsionador. Mas isso implica uma relação responsável com os recursos dos território, entre eles o património ambiental – os consumidores valorizam os produtos e serviços dos locais que se souberam preservar, não dos que se descaracterizaram.



Preservação e valorização dos recursos aquáticos

A atividade das Associações de Desenvolvimento Local na promoção do desenvolvimento rural é realizada sob a ótica de que este tem de ser visto de forma integrada. Significa isto que as intervenções são multi-setoriais e multi-dimensionais. O património ambiental não poderia, obviamente, ser deixado de fora.

O projeto AARC – Atlantic Aquatic Resource Conservation (Conservação dos Recursos Aquáticos do Atlântico), é um interessante exemplo de intervenção, em que participam duas ADL portuguesas, a ADDLAP – Associação de Desenvolvimento do Dão, Lafões e Alto Paiva e a ADIRN – Associação de Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, juntamente com outros dez parceiros de Espanha, França, Irlanda e Reino Unido, entre ADL, universidades e centros de investigação europeus. A Quercus e a Escola Superior Agrária de Viseu colaboram no planeamento e execução das ações técnico-científicas e pedagógicas do território de intervenção da ADDLAP.

Os objetivos do AARC, Projeto de Cooperação Transnacional do Espaço Atlântico, são desenvolver a gestão integrada dos recursos hídricos e associar a proteção dos recursos hídricos a um desenvolvimento económico sustentável.

Em Portugal, os alvos do projeto são as bacias hidrográficas do Dão, Paiva e Vouga, no território de intervenção da ADDLAP, e a bacia do Almonda e o Paul do Boquilobo, no território da ADIRN.

No âmbito do projeto, que decorrerá até 2014, foram realizados estudos (da qualidade da água, identificação e contagem das espécies existentes, etc.) e definidos planos de ordenamento para os vários troços de água, identificando as atividades compatíveis com as condições de cada local. Assim, foi feito o repovoamento de trutas em alguns troços, foram instaladas plataformas de pesca nos locais onde essa atividade é compatível com a preservação dos recursos naturais, plataformas de observação da natureza onde essa é a atividade mais

indicada, painéis informativos, reconhecimento e marcação de percursos interpretativos, ações de sensibilização nas escolas, etc.

Uma das áreas a que continuará a ser dada prioridade é, segundo Maria de São José, técnica da ADDLAP, “o envolvimento das escolas e da comunidade, nomeadamente das associações de caça e pesca”, fundamentais para que o ordenamento proposto seja aplicado. Neste momento, “o ordenamento não tem um carácter vinculativo, mas a ideia é evoluir no sentido de que venha a ter”, acrescenta a técnica.

Além da preservação das espécies e dos seus habitats, o projeto pretende que fomentar o aproveitamento económico dos recursos hídricos, nomeadamente através da pesca de rio, que, segundo Maria de São José, “tem um grande potencial turístico, desde que seja sustentável, através de produtos de turismo em espaço rural que integrem a pesca.”

Sabia que...

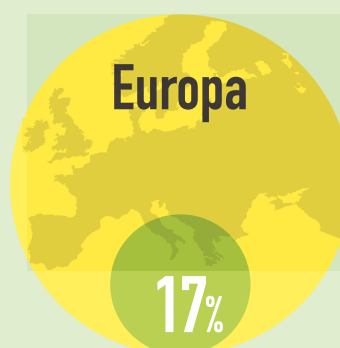
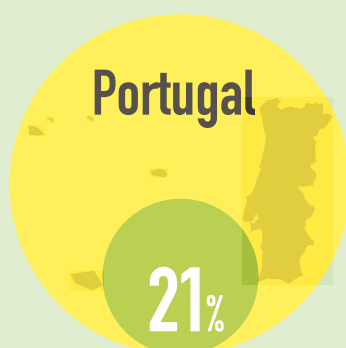
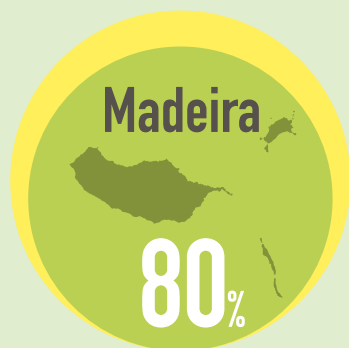
1/5 do território português está integrado na Rede Natura 2000, mas na Madeira essa área ocupa 4/5 do território?

● Território
● Rede Natura 2000



A Rede Natura 2000

é uma rede ecológica para o espaço da União Europeia resultante da aplicação de diretivas comunitárias. Tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.





Desenvolvimento rural em áreas protegidas

Em Portugal existem seis classificações de áreas protegidas, definidas de acordo com as características dos locais que se pretende proteger: Parque Nacional (existe apenas um, o da Peneda-Gerês), Parques Naturais (existem 14: Serra da Estrela, Arrábida, Tejo Internacional, Madeira, etc.), Reservas Naturais (Bergalengas, Estuário do Tejo, Estuário do Sado, etc.), Monumentos Naturais (os casos mais populares são as pegadas de dinossaúrios nas rochas), Paisagens Protegidas (Arriba Fóssil da Costa da Caparica e Albufeira do Azibo, entre outras) e Sítios de Interesse Biológico (a Gruta do Zambujal é o mais conhecido).

De acordo com a legislação, as áreas protegidas são zonas delimitadas em que qualquer intervenção humana está condicionada e sujeita a regulamentos específicos tendo em vista a sua proteção ambiental ou outra. Ou seja, as atividades humanas estão restritas às que sejam compatíveis com a preservação dos valores ambientais em causa, ou então que, causando-lhes dano, este seja largamente superado por benefícios de superior interesse.

Neste último caso surgem os denominados Projetos de Interesse Nacional (PIN). Se um investidor se propuser realizar um investimento

superior a dez milhões de euros, criando 50 postos de trabalho, esse projeto poderá obter aprovação para ser instalado numa zona protegida onde, pelos regulamentos ambientais, não se poderia situar. Mas isto é apenas válido para estes grandes projetos; os de menor dimensão são obrigados a cumprir os regulamentos das zonas protegidas.

Como o desenvolvimento dos territórios rurais é essencialmente realizado através de pequenos projetos, a sua promoção em territórios que integrem áreas protegidas possui especificidades a que é necessário atender.

A VICENTINA – Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste encontra-se nessa situação. Com 70 por cento do seu território de intervenção sob proteção ambiental da Rede Natura 2000, “a estratégia de desenvolvimento não poderia deixar de passar pela valorização das potencialidades ambientais do território”, explica Pedro Dornellas, Coordenador da VICENTINA.

“Os velhos usos da terra são anti-económicos”, acrescenta, pelo que “é necessário apostar em novos usos: o turismo associado à natureza e os produtos locais de qualidade, que podem ser desenvolvidos associados ao turismo – os citrinos, o medronho, o mel, a batata-doce e os enchidos.”

Para o Coordenador da ADL, “a infraestrutura existe: a natureza. Faltam protagonistas e falta dinheiro”. O território está despovoado e quem nele ainda subsiste tem geralmente uma idade muito avançada, pelo que é preciso atrair neo-rurais. Mas falta também dinheiro, porque apesar do investimento no turismo ligado à natureza ter muito boas taxas de rentabilidade, é necessário capital para investir. E o apoio LEADER, pela escassa dotação atribuída, pode apenas ter uma função demonstrativa.

Pedro Dornellas considera que “os constrangimentos ambientais condicionam, mas não impedem a concretização de projetos”. Eles têm de cumprir as exigências ambientais. Alerta, contudo, para a necessidade de rever o regulamento do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve, que impede o povoamento disperso. O que sucede, considera, é que “o despovoamento em algumas zonas é tão acentuado que o que é necessário, até como medida de proteção ambiental (contra os incêndios, por exemplo) é repovoá-las”.





Recuperação de pombais para conservar a vida selvagem

A águia-de-bonelli é considerada espécie em vias de extinção na Europa e em Portugal encontra-se classificada com o estatuto de conservação de “raro”. Para melhorar os recursos alimentares desta e de outras aves de rapina em risco de extinção, assim como para valorizar a paisagem característica da região, o Instituto da Conservação da Natureza, através do Parque Natural do Douro Internacional (PNDI), iniciou em 1997 um projeto pioneiro de recuperação de pombais tradicionais, conseguindo recuperar 25 entre esse ano e o seguinte.

Em 1999, através de um projeto com o apoio do LEADER II, numa parceria entre a CORANE – Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina, a DOURO SUPERIOR – Associação de Desenvolvimento, a RAIÁ HISTÓRICA – Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira e a PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte, foi possível recuperar mais 70 pombais, aumentando a alimentação disponível para as aves de rapina.

O projeto visava também incentivar a manutenção das práticas agropecuárias tradicionais e biológicas, através do aumento da produção de estrume biológico de elevada qualidade, assim como promover a entrada em funcionamento de uma associação de proprietários de pombais tradicionais do Nordeste, cedendo a essa associação todo o equipamento e materiais adquiridos pelo projeto. A associação, Palombar, foi criada em 2000, tendo-se desenvolvido muito desde então.

Ao longo dos anos, com os seus próprios meios e recorrendo ao trabalho voluntário, nomeadamente através da realização de campos de trabalho internacionais, a Palombar já recuperou cerca de 200 pombais. De acordo com Miguel Nóvoa, médico veterinário e dirigente da Palombar, “existe a constatação de que aumentou o número de pombos de forma muito significativa, o que deriva sobretudo da intervenção da associação”.

Mas a recuperação de pombais não se cinge à sua reabilitação física, continua Miguel Nóvoa, “procuramos povoar os pombais com pombos das rochas. Colocamos 20 a 30 pombos jovens nos pombais, que ficam fechados quatro a seis meses. Nesse período, são alimentados exclusivamente por nós. Só após fazerem uma ou duas criações é que abrimos o pombal”.

Além disso, mesmo quando os pombais estão abertos e a funcionar normalmente, a Palombar continua a apoiá-los, reforçando a sua alimentação com trigo que compra aos agricultores locais. Bem alimentados, os pombos reproduzem-se mais, o que é importante para compensar as perdas que vão sucedendo tanto por causa das aves de rapina como por outras causas.

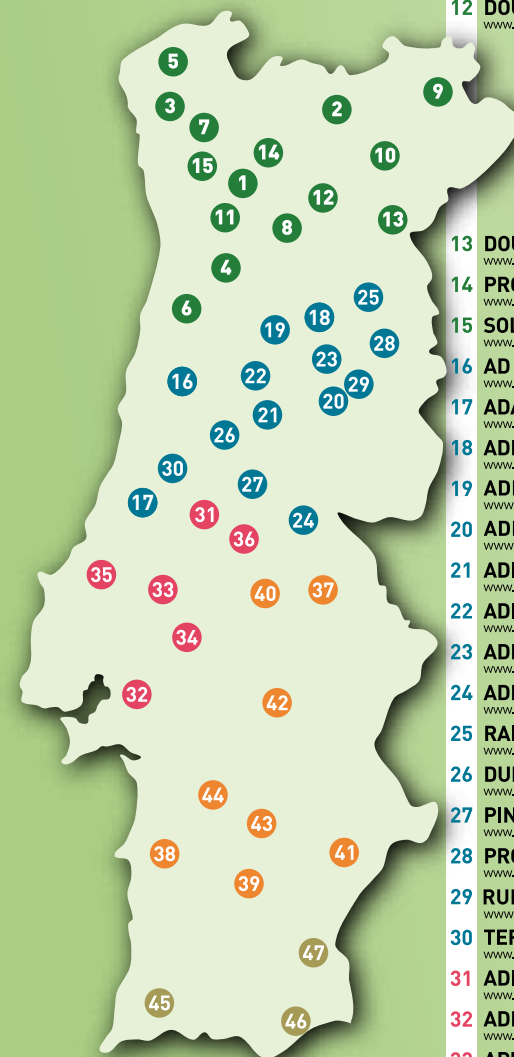
Para complementar estas ações, a Palombar apresentou uma candidatura à Abordagem LEADER para criar um Centro de Promoção e Interpretação de Pombais, que foi aprovado pela CORANE, permitindo a concretização de ações informativas, formativas e de investigação.

ONDE ESTAMOS



As 53 ADL que constituem a Federação MINHA TERRA encontram-se distribuídas por todo o território nacional.

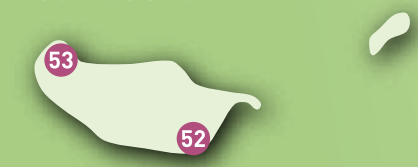
Portugal Continental



Região Autónoma dos Açores



Região Autónoma da Madeira



- 01 ADER-SOUSA
www.adersousa.pt
- 02 AD RAT
www.adrat.pt
- 03 AD RIL
www.adril.pt
- 04 AD RIMAG
www.adrimag.com.pt
- 05 AD RIMINHO
www.adriminho.pt
- 06 AD RITEM
www.adritem.pt
- 07 ATAHCA
www.atahca.pt
- 08 BEIRA DOURO
www.beiradouro.pt
- 09 CORANE
www.corane.pt
- 10 DESTIQUE
www.destique.com
- 11 DOLMEN
www.dolmen.co.pt
- 12 DOURO HISTÓRICO
www.dourohistorico.pt

- 13 DOURO SUPERIOR
www.dourosuperior.pt
- 14 PROBASTO
www.probasto.pt
- 15 SOL DO AVE
www.soldoave.pt
- 16 AD ELO
www.adelo.pt
- 17 ADAE
www.adae.pt
- 18 ADD
www.add.pt
- 19 ADD LAP
www.addlap.pt
- 20 ADERES
www.aderes.com.pt
- 21 ADIBER
www.adiber.pt
- 22 ADICES
www.adices.pt
- 23 AD RUSE
www.adruse.pt
- 24 AD RACES
www.adraces.pt
- 25 RAIÁ HISTÓRICA
www.raiahistorica.org
- 26 DUECEIRA
www.dueceira.pt
- 27 PINHAL MAIOR
www.pinhalmaior.pt
- 28 PRÓ-RAIA
www.pro-raia.pt
- 29 RUDE
www.rude-adr.pt
- 30 TERRAS DE SICÓ
www.terrasdesico.pt
- 31 ADIRN
www.adirn.pt
- 32 ADREPES
www.adrepes.pt
- 33 APRODER
www.aproder.pt
- 34 CHARNECA
www.charnecaribatejana.pt
- 35 LEADER OESTE
www.leaderoeste.pt
- 36 TAGUS
www.tagus-ri.pt
- 37 ADER-AL
www.ader-al.pt
- 38 ADL
www.adl.litoralalentejano.pt
- 39 ESDIME
www.esdime.pt
- 40 LEADERSOR
www.leadersor.pt
- 41 ROTA DO GUADIANA
www.rotaguadiana.org
- 42 MONTE-ACE
www.monte-ace.pt
- 43 ALENTEJO XXI
www.alentejoxxi.pt
- 44 TERRAS DENTRO
www.terrasdentro.pt
- 45 VICENTINA
www.vicentina.org
- 46 IN-LOCO
www.in-loco.pt
- 47 TERRAS DO BAIXO GUADIANA
www.atbaixoguadiana.pt
- 48 ADELIACOR
www.adeliacor.org
- 49 ARDE
www.arde.pt
- 50 ASDEPR
www.asdepr.com.pt
- 51 GRATER
www.grater.pt
- 52 ACAPORAMA
www.acaporama.org
- 53 AD RAMA
www.adrama.pt



A atual florestação é errada e compromete os territórios

A sua vida tem sido marcada por um grande ativismo, ligado, entre outras causas, à defesa do ambiente e da qualidade de vida

Não foi defesa do ambiente, eu não defendo coisa nenhuma. Eu sou construtor de ambientes. E como construtor do ambiente eu sou construtor e planeador da paisagem. Porque a paisagem é aquela parte que está mais interligada com o problema do uso do território, quer seja um uso do território extensivo, quer seja um uso pontual nesse extensivo, como por exemplo a cidade.

Sem essa noção caímos sempre numa distorção, numa comparação entre cidade e campo, em que o campo é

o parente pobre e a cidade é o parente rico. E quanto mais o parente pobre se parecer com o parente rico, mais certo parece estar.

Portanto, tudo isto começa por um problema de planeamento do uso do território.

Porque é que a paisagem é tão importante para a qualidade de vida das pessoas?

A paisagem é a imagem do que as pessoas fazem no território, bem ou mal. Há paisagens que deslizam para aspetos negativos, como está a acontecer atualmente. O que nos coloca já uma questão: o que é que vocês pensam da florestação?

O que é que o senhor Professor pensa da florestação?

Quero saber o que é que vocês pensam, porque isto é um assunto muito sério. Todos os dias no jornal falam da florestação. E o que é a floresta?

“Floresta é uma palavra [...] que não tem tradução no nosso ordenamento do território. Todas as asneiras começam por aí.”

Floresta é uma palavra intelectual, que não tem tradução no nosso ordenamento do território. Todas as asneiras começam por aí. Chama-se floresta a um eucaliptal, como também se chama floresta a uma mata, sem fazer a distinção. Na língua portuguesa dantes não existia a palavra floresta, existia bosque e mata.

E é por não se fazer essa distinção que se entra em campanhas, como a que agora há por aí, que é a eucaliptização, que só dá resposta a aspetos económicos imediatos. Qualquer coisa que se faça hoje tem de contrariar de frente a continuação do modelo de uso da terra que deu origem a este desastre do eucalipto.



Fotos: Luís Faustino

Errada órios

E sente que o problema do uso da terra se está a agravar?

Concerteza! O que é que o eucaliptal representa em termos de organizações para as populações e para o futuro do território? Nada. Só representa aspetos negativos na recuperação futura das terras.

Acha que é possível inverter a situação?

Têm de se inverter, senão o problema é gravíssimo. Precisamos é de saber qual é a gravidade do aumento que se está a verificar da cultura extensiva do eucaliptal, relativamente a tudo quanto é a organização social e económica do espaço rural.

Parece-lhe que a extensão de monoculturas como o eucaliptal está a destruir aquilo que era a sociedade rural?

Não contribui para a criação da sociedade rural, nem do uso da terra de que o país necessita, numa área mediterrânica como é a nossa.

Porque é que acha que isso está a acontecer?

Porque é dinheiro imediato para determinado investimento, mas em que não se conhece depois o desenvolvimento futuro. Nem há ligação contínua da sociedade com o território, com a sua ocupação.

Se forem a uma propriedade com nove ou dez mil hectares de eucaliptos, equivalente à área da cidade de Lisboa, que anteriormente tinha uma determinada população, biodiversidade e pastorícia, hoje o que é que aí têm?

Estamos a transformar gradualmente o país, em nome de um progresso económico momentâneo.

Mas para as coisas sucederem de outra forma seria necessário fixar as pessoas, fazendo com que estas não abandonassem os territórios rurais.

Para as pessoas não abandonarem os territórios rurais é preciso acabar com a atual política a que se dá o nome de “florestação”. Ninguém no mundo rural está a viver de uma floresta

artificial, quer seja o pinhal quer seja o eucaliptal.

Mas essa não é a única questão dos territórios rurais...

É a questão principal! É a questão de como é que se distribui o desenvolvimento urbano através do espaço, que geralmente é feito à custa do espaço rural, e como é que se desenvolve o espaço rural para dar resposta às necessidades da sociedade e à instalação da sociedade.

Que tem muitas dimensões

Toda a florestação que se faz hoje é errada. É monoespecífica, é com base no eucalipto, com foco no lucro imediato. Estão-se borrifando totalmente para a instalação de população, para o povoamento. É o contrário do que fez a primeira dinastia. É a chamada da população para as áreas metropolitanas, para os círculos à volta das áreas metropolitanas, que depois só têm uma resposta para essa população que chega: a horticultura urbana. Mas isso não chega como organização do território do país.

Deveria haver uma aposta numa agricultura mais diversificada?

Não é mais diversificada, mas uma agricultura a sério! Um mundo rural com todos os atributos do mundo rural, em que as pessoas são fundamentais, a sua técnica e o seu profissionalismo,

Gonçalo Ribeiro Telles licenciou-se em Engenharia Agronómica e terminou o Curso Livre de Arquitetura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia. Professor Catedrático Convidado da Universidade de Évora, criou as licenciaturas em Arquitetura Paisagista e em Engenharia Biofísica.

Com uma permanente intervenção pública e política desde os anos de 1950, foi Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios, Secretário de Estado do Ambiente no I Governo Constitucional e Ministro de Estado e da Qualidade de Vida no VIII Governo Constitucional. Foi ainda deputado à Assembleia da República, eleito em 1980, 1983, 1985.

Criou as zonas protegidas da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e lançou as bases do Plano Director Municipal. Em 1984 foi eleito vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Posteriormente fundou o Movimento o Partido da Terra, de que é presidente honorário, desde 2007.

Entre as suas obras mais emblemáticas destacam-se os jardins da Fundação Calouste Gulbenkian, projetados com António Viana Barreto, Prémio Valmor de 1975.

o desenho da paisagem, a criação de matéria orgânica e de solos orgânicos através do escalonamento em terraços, como foi sempre, e nunca um ato imediato de explorações monoespecíficas.

Hoje a grande fronteira é essa e ou se ultrapassa essa fronteira ou está-se a contribuir para a devastação do país.

Os Parques Naturais que, aliás, penso terem sido criados quando assumiu funções governativas, são uma forma eficaz de procurar contrariar essa tendência?

Não são. Não são porque não foram entendidos como tal. Foram entendidos como reservas de conservação, quando a grande conservação da natureza do mediterrâneo, num país como o nosso, é a própria composição da agricultura. Não é o vazio, não é o abandono. É principalmente a manutenção dos sistemas de orla, que é uma das condições para a existência de um povoamento consentâneo do país.

A orla é a relação entre a mata e o espaço aberto, que cria uma situação de defesa da mata, do seu interior, ao

“O problema de hoje é um problema de base, não é um problema de culturas. [...] É um problema de desenho da paisagem, mais do que de ordenamento. E somos todos nós que o fazemos, no nosso dia a dia, sobretudo quem trabalha a paisagem.”

Por exemplo, no desenho da paisagem para a organização do nosso país foram fundamentais os socalcos. Mas os socalcos estão a ser deitados abaixo em nome da mecanização, sobretudo os socalcos abertos da região do oeste.

A aptidão não nasce, a aptidão é criada pelo Homem a partir de elementos naturais. Mas isso requer tempo e uma sucessão de intervenções. E é preciso ter uma política para isso.

O montado não é uma criação da natureza, é uma criação humana. Que contou, para a constituição do seu solo, com a queda da folhagem do sobreiro e da azinheira. Varrer o montado da folhagem não é gerir o montado. Fazer uma arroteia, em que se destrói essa camada permanente, é destruir o montado. E a cortiça não tem significado para a nossa economia?

Quando assumiu responsabilidades governativas sentiu que era possível inverter este caminho?

Senti, e por isso criei a RAN [Reserva Agrícola Nacional] e a REN [Reserva Ecológica Nacional], que ainda existem mas não são bem trabalhadas.

A ideia, quando foram criadas, era aumentar a RAN, com base na REN, não era manter. Porque toda a evolução do uso da terra deve ser para criar maiores condições e aptidões para a produção.

Que papel cabe às organizações locais e à sociedade civil?

A sociedade civil, antes de mais, tem de ser informada. As escolas estão a fazer um mau trabalho porque não abrem o debate. O principal papel das escolas é abrir o debate, é a troca de ideias para ser criativa e não apresentar um modelo como se não houvesse outro.

Quando fala das escolas, refere-se à formação dos técnicos ou no papel das escolas na sensibilização da população?

É a mesma coisa, os técnicos são população, não são nenhum animal à parte. A população tem de ser preparada, tem de ser informada. E a competência ou incompetência técnica deriva muitas vezes da falta de preparação geral da população.

Com a crise económica e financeira, temos ouvido falar de cada vez mais pessoas que regressam à terra.

Mas regressam porquê, para quê, o que vão fazer e o que é que levam de novo? Poderá ser uma coisa boa se forem dispostos a aprender como é que funcionam os sistemas, muito ligados à vida, à natureza e ao local, ótimo. Se quiserem impor as suas concepções, como muitas vezes fazem, é um desastre.



“Os técnicos são população, não são nenhum animal à parte. A população tem de ser preparada, tem de ser informada. E a competência ou incompetência técnica deriva muitas vezes da falta de preparação geral da população.”

mesmo tempo que cria uma zona de proteção biológica à cultura agrícola.

Tudo isso desapareceu e a única coisa que nos resta dessa composição tradicional do território são os socalcos, porque são de pedra e são necessários para as lavouras.

Portanto, o problema de hoje é um problema de base, não é um problema de culturas.

É um problema de ordenamento?

É um problema de desenho da paisagem, mais do que de ordenamento. E somos todos nós que o fazemos, no nosso dia a dia, sobretudo quem trabalha a paisagem.

Acha que se devem preservar as condições tradicionais do território?

Não, não! Eu não quero as condições tradicionais. O que quero é, com base nas aptidões do território que levaram à criação dos usos tradicionais, que essa utilização seja melhorada, até pela mecanização, que é uma das formas de a melhorar.

O rural constrói-se, tal como o urbano. A terra constrói-se. A terra não está lá à nossa espera com todas as condições de fertilidade que se exigem. Nós é que temos de criar essas condições. Porque é que se armou o país em socalcos de pedra seca? Para criar solo.

Não é isso que tem acontecido?

Têm feito o contrário. Nos ministérios só se ouve dizer mal da RAN e da REN. São vistas como obstáculos ao crescimento imediato e ilimitado.

Mas os nossos dirigentes são urbanos puros e perderam o sentido das coisas rurais. Os nossos governantes são completamente ignorantes e incompetentes nestas matérias. E querem o eucalipto porque é aquilo que mais dinheiro dá num curto intervalo de tempo, sem grande trabalho. É uma fábrica com um funcionamento baratiníssimo.



Entre a sustentabilidade e a fome

A fronteira da pobreza tem avançado para Norte. Mesmo nos países desenvolvidos, aumenta em flecha o número de agregados familiares que depende de ajuda pública de emergência. Se a China, em virtude de uma seca prolongada, for obrigada a aumentar as suas importações alimentares, os preços dispararão no mercado mundial para além do suportável. Não só muitos regimes cairão, como a violência e a desordem acompanharão o aumento exponencial da fome em muitas regiões e países.

Entre 2007 e 2008, apesar da produção alimentar mundial ter aumentado 5 por cento, o número de pessoas cronicamente subalimentadas aumentou 150 milhões, ultrapassando a barreira dos mil milhões! Não existem explicações simples para fenómenos complexos. Conhecemos, todavia, algumas das causas envolvidas na carestia brutal dos preços. Sabemos que

o aumento do rendimento das classes médias dos países emergentes levou a uma nova dieta, mais rica em carne, e por isso mais exigente em cereais para rações, e terrenos para passagens. Sabemos que o uso do milho americano para fabricar biocombustíveis, fez disparar os preços nos mercados importadores. Sabemos que o elevado preço do petróleo aumenta os custos da produção. Sabemos que há limites ecológicos atingidos e solos em exaustão e degradação. Mas, tudo indica que aquilo que faz a diferença, aquilo que levou a que, apesar da subida de produção entre 2007 e 2008, os preços tivessem explodido, é a avidez da especulação financeira. Ela não só manipula os preços, como impede a soberania alimentar de países, como a Somália, que a detinham até há bem poucas décadas.

A ONU, através da FAO, alertou em 2010 para o perigo

de uma nova crise alimentar. A realidade de 2011 tornou esse ano numa verdadeira tempestade perfeita. Desta vez a fome não se deteve nos países menos desenvolvidos. Nos EUA, 15% da população (cerca de 46 milhões de americanos) já depende do apoio alimentar do governo (*food stamp*), e no resto dos países da OCDE a situação não parece muito melhor. Esta situação só poderá agravar-se exponencialmente, caso se venha a concretizar a perspectiva de uma “dupla recessão” (*double dip*), que lançará a economia mundial numa situação de declínio e perigo de colapso.

O caso Português

Não nos devemos iludir. A gravidade da crise alimentar – que tem raízes profundas na desordem política global, e, sobretudo, na crescente incerteza ambiental – não se irá

prolongar indefinidamente apenas nos países mais pobres. Portugal sofre não só de uma dívida soberana excessiva, como padece de um défice alimentar que a irresponsabilidade de sucessivos governos medíocres não deixou de fazer crescer. Não só a política agrícola foi negligenciada, como a ausência de lei e ordem nas políticas urbanas conduziu à destruição de dezenas de milhares de hectares altamente produtivos nas grandes áreas metropolitanas, sacrificados no altar da especulação urbanística e nas malhas da corrupção. Todos os anos, a nossa balança de pagamentos soma mais de três mil milhões de euros de produtos alimentares importados. Chegou a hora de inverter o rumo. Um pouco por todo o lado, crescem as iniciativas para promover hortas e terrenos de cultura nas cidades e zonas periurbanas.

Por uma estratégia sustentável

A causa mais estrutural e longínqua da atual crise está vinculada ao processo de degradação da capacidade produtiva dos solos, e ao consequente risco de ruptura dos equilíbrios ecológicos e de desertificação de vastíssimas regiões no globo. O problema reside, como afirmava Aldo Leopold na década de 1930, na insensibilidade do mercado ao

valor ecológico das espécies da flora que não podem ser imediatamente comercializadas, mas que são fundamentais para a manutenção da saúde de um dado sistema ecológico. Esta incompreensão tem levado a abruptas políticas de especialização, tanto agrícola como florestal, que se traduzem numa diminuição da biodiversidade, na degradação da qualidade dos solos, na depleção de recursos hídricos, entre outros efeitos colaterais indesejáveis.

Em síntese, a sustentabilidade agrícola requer as seguintes orientações estratégicas, por parte das comunidades, países e organizações internacionais:

- Promoção dos mercados de produção e consumo locais, aumentando a soberania alimentar dos países e a autonomia das regiões e centros urbanos.
- Proteção e promoção da biodiversidade, nomeadamente através da difusão das técnicas produtivas amigas do ambiente, genericamente designadas por “agricultura biológica”.
- Internalização dos custos ambientais, para permitir que o preço dos alimentos traduza os impactes ambientais efectivos da sua produção, levando o mercado a premiar as condutas ambientais mais adequadas.
- Revisão das políticas fiscais e de subsídios, no sentido de estimular a iniciativa privada no domínio das práticas agrícolas ambientalmente mais correctas.
- Promoção da mudança, ou conservação, de hábitos culturais e estilos de vida ambientalmente positivos, tanto na alimentação como nas técnicas produtivas.
- Perceção da ameaça global para a paz internacional que o agravamento da crise alimentar poderá significar.



Viriato Soromenho-Marques
Professor Catedrático de Filosofia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

PROTAGONISTAS RESPONDEM A TRÊS QUES

1 O desenvolvimento tem afetado a preservação ambiental dos territórios rurais?

2 Como pode o património ambiental ser fator de desenvolvim

3 Qual o papel das organizações



Maria de Jesus Fernandes

1 Os territórios rurais são particularmente vulneráveis a algumas estratégias de crescimento económico que nem sempre respeitam a sua singularidade, podendo comprometer a integridade, a paisagem, os valores patrimoniais e culturais e, desse modo, a sua riqueza ambiental. Os paradigmas atuais assentes num modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de integrar o crescimento económico e as mais-valias tecnológicas com os valores e a riqueza intrínseca destes territórios, permitem um desenvolvimento mais harmonioso, garante de melhor qualidade de vida para as populações que neles habita e deles depende, sem comprometer a preservação ambiental.

É um desafio com que todos nos deparamos e que implica a conjugação das vontades e esforços de todos os agentes que intervêm no território.

2 Um dos atributos do nosso país é a riqueza do nosso património natural. A biodiversidade, a geodiversidade e a diversidade de paisagens estão intimamente ligadas aos territórios rurais, dado a maior parte dessa riqueza se encontrar fora das zonas urbanas.

Por outro lado, o património natural, nas suas várias vertentes, é cada vez mais um ativo económico. Do turismo de natureza à venda de produtos e serviços, o ambiente é cada vez mais uma oportunidade. A capacidade de atração de visitantes funciona, por exemplo, como forma de promoção e desenvolvimento económico de algumas comunidades em regiões mais afastadas e desfavorecidas e deveria ser mais potenciada e organizada.

Os chamados “serviços dos ecossistemas”, com a variedade de bens que estes nos fornecem, e que vão desde a produção de matérias-primas

à importância que desempenham na regulação das alterações climáticas, é uma outra vertente que deverá ser considerada quando avaliamos a importância da riqueza patrimonial no desenvolvimento rural.

3 As organizações locais são peças estruturantes em qualquer estratégia de desenvolvimento local. Sem o conhecimento, a capacidade organizativa e empreendedora destas organizações dificilmente será possível implementar programas e projetos de desenvolvimento dos territórios rurais. A título de exemplo, podemos referir o papel que as cooperativas, associações e redes de associações têm tido na promoção e desenvolvimento de bens e produtos que conciliam crescimento local e preservação ambiental, tais como o apoio a projetos de certificação de mel ou queijo, de utilização de ervas aromáticas no fabrico de determinados produtos, tal como do investimento na visitação e no turismo.

Muitos destes projetos têm associados verdadeiros projetos de conservação da natureza e de preservação de espécies protegidas, sendo na região de Lisboa e Vale do Tejo um bom exemplo disto os projetos de reintrodução de rebanhos no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, com o objetivo primordial de controlar a vegetação e contribuir para a conservação da natureza, ao qual está associada a produção de leite e queijo de grande qualidade.

Maria de Jesus Fernandes, Diretora do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo.



José Serra dos Reis

1 O ambiente e a qualidade de vida estão estreitamente ligados no seu contexto. Os cidadãos têm direito a um ambiente de vida humano e, ao mesmo tempo, ecologicamente equilibrado. E têm o dever de o defender. As preocupações ligadas ao conceito de desenvolvimento sustentável surgem no pós segunda Guerra Mundial. Contudo, é nas décadas de 1980 e 1990 que os Estados assumem os princípios de responsabilidade e se adotam princípios de desenvolvimento sustentável e harmonioso. Este desenvolvimento favorece a preservação do ambiente. Neste contexto, os territórios rurais, no âmbito da Abordagem LEADER, têm obtido equilíbrios no seu desenvolvimento e nas diferentes vertentes ambiental, económica e social. A aplicação dos princípios da Abordagem LEADER tem possibilitado a formação dos utilizadores dos ecossistemas, possibilitando o aumento da produtividade sem que se registem aumentos de degradação ambiental. Assim, o desenvolvimento sustentável e harmonioso é uma realidade graças às práticas dos produtores que são hoje mais conscientes e inteligentes no uso dos recursos naturais.

2 Os recursos patrimoniais dos territórios rurais são a principal mais-valia na atração turística. O património local histórico, gastronómico e natural, quando devidamente preservado, valorizado e promovido é hoje fator primordial e contributo fundamental para o desenvolvimento rural.

Os territórios rurais atualmente já não são apenas produtores de bens/géneros alimentares. Graças ao património ambiental, e também ao construído e gastronómico, reveladores da história

e da memória dos povos, os territórios rurais são hoje locais de turismo, recreio e lazer muito procurados pelas populações das grandes urbes. É neste contexto de inversão de paradigma que o património ambiental já é e será cada vez mais fluxo de fundos financeiros para os territórios rurais do interior.

3 Graças à máxima “pense globalmente, aja localmente”, foram e são as organizações locais que melhor corporizam e colocam em prática a trilogia do desenvolvimento baseada nas dimensões económica, social e ambiental. Como referi atrás, as organizações locais têm tido e têm hoje mais do que nunca o papel e a obrigação de formar os produtores, tornando-os agentes conscientes e inteligentes capazes de aumentar os níveis de produtividade sem comprometer os recursos ambientais no futuro.

Só as organizações locais, pela ação de agir e decidir localmente, podem instituir parcerias que conduzam a que Governo, sociedade civil e as diferentes organizações possibilitem modelos de desenvolvimento que conduzam as comunidades locais ao desenvolvimento e incremento de atividades geradoras de riqueza no comprometimento da sustentabilidade do meio ambiente.

José Armando Serra dos Reis, Presidente da ADERES – Associação de Desenvolvimento Regional Estrela Sul.

TÓPICOS SOBRE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL

Desenvolvimento rural?
Como os locais na promoção de modelos de desenvolvimento que respeitem o ambiente e aproveitem o seu potencial?



Lúcio do Rosário

1 Em Portugal, os recursos hídricos e a concentração das atividades no litoral, podem dar nota de que têm havido afetações. Mas, no que diz respeito aos solos, aquilo que podemos dizer é que tendencialmente não houve o acentuar da degradação ambiental nas áreas rurais do país. Portanto, do ponto de vista global, a resposta é sim, há afetações pontuais, mas do ponto de vista global, as afetações são positivas. Por outro lado, não podemos deixar de referir que o quadro de referência do ponto de vista legislativo de ordenamento do território, e sobretudo o que tem a ver com a avaliação de impactos ambientais em termos de intervenções de grandes projetos de desenvolvimento, modificou radicalmente. A perceção pública e aquilo que as populações urbanas e rurais hoje querem do ambiente mudou também radicalmente.

2 Tendencialmente, o esvaziamento e despovoamento das áreas rurais é cada vez mais acentuado e cada vez as populações querem mais e melhor do ambiente. É óbvio que todos temos a noção de que a questão da manutenção do estado de qualidade do ambiente é essencial para preservar a nossa vida. Mas centrando as questões do ponto de vista do desenvolvimento rural, nos últimos anos começou-se a falar sobretudo das funções sociais dos territórios rurais e os serviços ambientais que eles prestam. Estamos a falar da preservação da biodiversidade, da promoção da qualidade e quantidade da água, da proteção e recuperação dos solos e da sua produtividade, da qualidade das paisagens que suportam tudo aquilo que são as atividades importantes para algumas regiões, como são as questões

do turismo e do recreio. Estas são as funções essenciais do ponto de vista das atividades rurais e do desenvolvimento rural que mais têm a ver com o património ambiental.

3 É exatamente no âmbito do balanço anterior que referi. As populações rurais são de facto as guardiãs do ambiente, têm um papel essencial na manutenção destes equilíbrios e da recuperação de melhoria das condições de vida do ponto de vista global e ambiental. Em termos da promoção destas funções, que têm a ver com a biodiversidade, solos, água e as paisagens, é por elas que passará a definição do futuro. Aliás, as próprias propostas para o novo quadro comunitário 2014-2020 identificam de forma clara estas funções como aquelas que devem ser promovidas e devem ser apoiadas e, finalmente, devem ser pagas. Este é um serviço que as populações rurais prestam e que deve ter as naturais contrapartidas. As organizações de desenvolvimento local têm um papel essencial do ponto de vista da organização e da promoção destas atividades, gerando prosperidade à escala local para as populações da urbe e para as populações rurais.

Lúcio do Rosário, Ponto Focal Nacional Adjunto da Convenção de Combate à Desertificação.



Eugénio Sequeira

1 Tem. Estamos a falar da sustentabilidade ambiental. Aquilo a que chama desenvolvimento tem muitas facetas, uma delas é o crescimento urbano, por exemplo, e este é feito no crescimento das cidades, construindo muito acima das necessidades: temos um milhão e tal de casas a mais, e ocupamos o espaço à volta das cidades, onde se fizeram as construções, e que são uns solos de altíssima qualidade. São os melhores, porque as cidades foram feitas nos sítios melhores. Logo, destruimos grande parte desses solos. Portugal só tem 5 por cento de solos de alta qualidade, comparáveis a 80 por cento a 90 por cento de solos da França e 90 por cento de solos da Alemanha. Em cima desses solos nós fazemos as construções e, ainda por cima, quando se fazem as estruturas das cidades, fazem-se as ruas em cima dos rios e dos vales e as estruturas verdes fazem-se nas encostas. Mas não é só nas cidades que isto se passa. Os caminhos por onde se fazem as autoestradas, as zonas planas, são onde há os solos melhores. E quando se faz o desenvolvimento para obter a energia dita renovável, constrói-se nos vales. Tapa os vales com água. E os vales são os sítios onde há os melhores solos das regiões. Por exemplo, quando se fez a Aguieira, tapou os melhores solos regados dessa zona, o que tornou inviável a agricultura. O desenvolvimento está a ser feito sem ter em conta a sustentabilidade, nem sequer os recursos vitais, entre os quais está o solo de qualidade, que nos permitem sobreviver numa situação de crise.

2 O património ambiental mais importante são os solos, e estes deviam ser salvaguardados. Quando se introduz culturas hiper intensivas, como os olivais hiper intensivos

que nos permitem neste momento exportar, aumentando a erosão e degradando o solo e a sua matéria orgânica, regando com uma água que não é de qualidade, obrigando a regar com mais água para lavar os sais do solo, levando os nitratos para as águas subterrâneas, e depois causando problemas de carência de água, o próprio desenvolvimento rural ou o crescimento da intensidade agrícola está a pôr em causa a sustentabilidade futura.

3 Veja o que está a ser feito agora no Alentejo, em especial no Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação. As Associações de Desenvolvimento Local (18 associações) estão no planeamento e estão a implementar a pastagem biodiversa, sistema de subsolagem com injeção de lamas, as culturas em curvas de nível, o tipo de culturas. E é assim que nós vamos conseguir. Porque a resolução dos problemas, em especial na área rural, têm de ser de baixo para cima, em vez de ser de cima para baixo com planeamentos muito bonitos feitos pelo Governo, que dão normalmente em grandes asneiras. É através das associações locais, e é através da manutenção da população na zona, criando condições para que os agricultores se fixem nessa zona que é possível promover o desenvolvimento ambiental e aproveitar o seu potencial.

Eugénio Sequeira, Vogal da Direção da Liga para a Proteção da Natureza.



A Marca “Parques Com Vida”, uma nova abordagem do desenvolvimento rural

Uma estratégia de valorização dos territórios

Os Parques na Região do Norte de Portugal são uma mais-valia, onde a biodiversidade coabita com um conjunto de sistemas agro-silvo-pastoris de longa tradição, promotores de serviços ecossistémicos importantes e de produtos de qualidade certificada, que importa manter, como condição essencial à sustentabilidade dos princípios e elementos ambientais, económicos, sociais e culturais, presentes nestes territórios. A visibilidade

turística destas áreas é assinalável, decorrente dos seus valores naturais, paisagísticos, históricos e culturais, bem como das condições de oferta que já apresentam.

Porém, nem sempre esta visibilidade é capitalizada pelos territórios em geral e pelos atores locais em particular. A oferta desintegrada, desqualificada e desorganizada existente, a par da insensibilidade dos atores locais relativamente aos valores e princípios intrínsecos aos Parques, são alguns dos problemas claramente identificados nos territórios abrangidos

por áreas protegidas no Norte do país. Mas outros problemas se observam nestes territórios, nomeadamente as parcas fontes de rendimento económico das zonas de montanha, que contribuem para o despovoamento e o envelhecimento do seu tecido rural, com inevitáveis reflexos ambientais.

Foi neste contexto que surgiu a marca “Parques Com Vida”, como uma estratégia comum de valorização dos territórios, que tem em conta a diversidade, as sinergias e a complementaridade entre os espaços, os seus serviços e

os atores locais, constituindo uma nova abordagem de desenvolvimento rural das áreas que a integram. Apresenta como lema: “Promover o território fora do território e vender o território no território!” Trata-se de uma solução enquadrada no paradigma global da sustentabilidade, em que a idoneidade ecológica, em articulação com a procura da viabilidade económica e a responsabilidade social de todos os atores, são dimensões essenciais do desenvolvimento rural dos territórios abrangidos pela marca.

“Parques Com Vida”, uma marca com sentido

A marca “Parques Com Vida”, fruto do Projeto EQUAL “Parques Com Vida”, nasceu em 2005, de um processo de debate, envolvimento, auscultação e corresponsabilização, entre agentes económicos locais, entidades públicas e associações de desenvolvimento local. Consiste numa imagem promocional e amiga do ambiente, comum às quatro áreas protegidas do Norte do país – Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) e



setores, com vista à qualificação e ao escoamento de produtos locais. Por outro lado, com a marca “Parques Com Vida” pretende-se, a longo prazo, que os empresários e os outros atores locais aderentes capitalizem as mais-valias associadas à visibilidade turística do Parque onde se inserem, por via de uma discriminação positiva dos serviços de qualidade nele prestados.

A conceção da marca “Parques Com Vida” tem subjacentes quatro pressupostos básicos, como se visualiza pela consulta do seu Regulamento (APCV, 2007): a participação dos atores locais; a comunicação do território; o turismo de referência; e a inovação. A marca “Parques Com Vida” é um instrumento que tem potenciado uma cultura de envolvimento, participação e agregação, sendo os seus retores e participantes os seus verdadeiros coautores. São eles, também, os melhores veículos do posicionamento ambicionado para o território e os embaixadores por excelência da própria marca.

A unificação e agregação dos esforços de formação, comunicação e de marketing de uma série de agentes económicos com serviços ou produtos de qualidade, mas de dimensão económica reduzida, promovidos pela marca “Parques Com Vida”, proporciona resultados incomparavelmente melhores do que a comunicação isolada de cada um desses mesmos agentes. No fundo, é a rede de atores que dá sentido à marca.

A postura profissional, a atitude empresarial, bem como os compromissos necessários a respeitar pelos agentes económicos, impostos pela marca, quer na fase de adesão quer na fase posterior de melhoria, conferem aos territórios uma dinâmica que, a médio-longo prazo, lhes pode permitir ser referência enquanto destinos de turismo de natureza a nível Europeu, dada a excelência dos seus recursos naturais e humanos.

A marca “Parques Com Vida” representa, em si mesma, uma estratégia de atuação inovadora, abrangendo territórios com estatuto de proteção ambiental, com características e necessidades específicas. Para além de ser o primeiro produto do género em Portugal, corresponsabiliza os agentes locais no cumprimento do

regulamento geral da marca e introduz exigências em quatro campos:

- Território – a estratégia da marca assenta na valorização do território;
- Qualidade – apenas a aposta na qualidade dos serviços prestados pode constituir uma real mais-valia no mercado da oferta turística;
- Ambiente – o respeito pelo ambiente, conservação da natureza e biodiversidade são condições base para a sustentabilidade das atividades locais;
- Social – a dimensão social da marca, traduzida na rede de atores e no trabalho em parceria, confere-lhe coesão interna.

Um novo passo, a Rede de Comércio Sustentável Parques com Vida

A intervenção da marca “Parques Com Vida” assume-se como um instrumento de agregação, organização e promoção dos territórios abrangidos, possuidores de elevado potencial turístico. A sua visibilidade poderá aumentar de forma sustentada, tendo em vista a criação e sustentação de vantagens competitivas e a concretização de uma forma inovadora de desenvolvimento, através, entre outras iniciativas, da criação de uma “Rede de Comércio Sustentável Parques Com Vida”.

Com esta Rede pretende-se que os associados estabeleçam contactos de proximidade e protocolos de colaboração e possam desenvolver sinergias e complementaridades de negócio no que diz respeito ao escoamento dos seus bens e serviços. Ela permitirá consolidar, numa vertente operacional, a rede inicial da marca “Parques Com Vida”, implicando entre o sector público, os aderentes e a Associação Parques Com Vida (APCV).

A constituição da “Rede de Comércio Sustentável Parques Com Vida em territórios abrangidos por Área Protegida no Norte de Portugal” é um projeto que está em curso (APCV, 2011), financiado pela iniciativa comunitária promovida pelo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e cofinanciada pelo FEADER, no âmbito do Programa



para a Rede Rural Nacional (PRRN), desenvolvido pela APCV em parceria com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), a Douro Superior – Associação de Desenvolvimento, a Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordeste (CoraNE) e o Instituto de Desenvolvimento Agrário da Região Norte (IDARN).

Pretende-se com esta iniciativa, por um lado, disseminar a marca “Parques Com Vida” a todo o Norte de Portugal, nomeadamente ao Parque Natural do Litoral Norte, e por outro, com a adesão de mais um território, cimentar a rede promocional conjunta, alargada e coesa, de bens e serviços prestados nos territórios abrangidos pelas Áreas Protegidas no Norte de Portugal, por forma à sua otimização enquanto recursos turísticos e

promotores de um desenvolvimento integrado.

Bibliografia

APCV (2007). Regulamento Geral da Marca “Parques Com Vida”. Associação Parques Com Vida, Freixo de Espada à Cinta.

APCV, UTAD, Douro Superior, CORANE e IDARN (2011). “Rede de Comércio Sustentável Parques Com Vida” em territórios abrangidos por Área Protegida no Norte de Portugal”. Candidatura de projeto ao Programa para a Rede Rural Nacional.

Alexandra Marta-Costa,
Luís Tibério, Artur Cristovão
Professores da UTAD/CETRAD,
Vila Real.

Vitor Sousa
Técnico da APCV, Ponte da Barca

Parques Naturais do Alvão (PNA), Montesinho (PNM) e do Douro Internacional (PNDI). É uma marca coletiva, que pode ser atribuída a empresas de restauração, alojamento, animação turística e/ou ambiental, bem como a pontos de venda ao público de produtos artesanais e agroalimentares de qualidade, nos 13 concelhos dos parques referidos.

A sua estratégia passa pela valorização de produtos (bens e serviços) e pelo estímulo à realização de pontes concretas de cooperação entre estes

ROTA(S) NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

► Manteigas ► Seia ► Gouveia ◻



Classificado em 1976 por tratar-se de “uma região de característica economia de montanha” onde subsistem “refúgios de vida selvagem e formações vegetais endémicas de importância nacional”, o Parque Natural da Serra da Estrela é uma das mais emblemáticas áreas protegidas de Portugal.

O excecional valor paisagístico e ecológico, habitat para uma grande diversidade de espécies de fauna e flora com estatuto prioritário de conservação, valeram-lhe a classificação de Sítio de Importância Comunitária – Rede Natura 2000 e Reserva Biogenética do Conselho da Europa.

Com 88.850 hectares de superfície – repartidos pelos concelhos de Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia – constitui também uma das

mais extensas áreas protegidas nacionais.

A Torre, o ponto mais elevado do território continental, a 1993 metros de altitude, o Vale (Glaciar) do Zêzere, a Lagoa Comprida, o Covão da Ametade, a Fraga do Alvoco, a Pedra do Urso, o Vale do Rossim, Cabeça do Velho, Caldeirão, Linhares, Unhais da Serra, Cortes, Folgoso, Mizarela, Valhelhas, Penhas Douradas e Loriga são alguns dos pontos de interesse natural e cultural deste território protegido onde, convém não esquecer, nascem os rios Zêzere, Mondego e Alva.

A neve continua a ser o principal atrativo da Estrela, mas cresce todos os anos o número daqueles que partem em busca dos encantos da Serra em qualquer época, sobretudo na primavera, quando o coberto vegetal floresce, matizando de cor as encostas

e os vales, e se registam temperaturas mais amenas.

Em família ou grupos informais de amigos, procura-se apreciar a paisagem e desfrutar da natureza mas também descobrir as razões que levaram a que este território seja considerado de exceção, devendo ser protegido e preservado.

Procurando dar resposta às novas tendências turísticas, o Parque, as autarquias e também algumas associações locais têm vindo a apostar em iniciativas que não só dão a conhecer os valores naturais e culturais do território, como visam o conhecimento e a sensibilização ambiental,

promovendo a conservação da natureza.

Percorrer a pé os caminhos tradicionais dos pastores e das gentes serranas é uma forma privilegiada de descoberta do Parque Natural da Serra da Estrela. Por isso, esta é a nossa principal sugestão de visita a Manteigas, Seia e Gouveia – totalmente integrados nesta área protegida.

No coração da Serra da Estrela, Manteigas é um autêntico “livro de estudo” da biodiversidade da região. **Trilhos Verdes** é a proposta

Entre 1,3 km a 25,8 km de extensão e uma a oito horas de duração, quase todos circulares, encontram-se sinalizados e caracterizados com especial enfoque na promoção e interpretação dos valores naturais, em especial, fauna e flora. Alguns deles podem ser percorridos em bicicleta.

As 16 rotas – Poço do Inferno, Javali, Vila, Carvão, Maciço Central, Glaciar, Poios Brancos, Reboleira,



4 Museu do pão



Vale de Rossim



Trilhos Verdes



Vale da Loriga

da autarquia local que integra 16 percursos pedestres de pequena rota que convidam a tranquilos passeios pelos caminhos tradicionais percorridos pelas gentes serranas.

Vale de Amoreira, Azinha, Sol, Sameiro, Faias, Corredor de Mouros, Covão de Santa Maria e Quartelas – num total de 200 km, procuram também incutir a noção de

apego à natureza e ao reconhecimento do seu valor.

Para ficar a saber um pouco mais sobre a geologia, a flora,



para descobrir os produtos tradicionais da Estrela. Além do famoso queijo, não se esqueça do requeijão, do pão de centeio e dos doces, em especial o de abóbora para acompanhar o requeijão.

Dos tradicionais e dos mais inovadores, da **2 Penhas Douradas Food**, que utilizando ingredientes da região, apostou na criação de



2 Penhas Douradas Food



12 Canil Montes Hermínios

obrigatória: o **4 Museu do Pão**, uma iniciativa privada que pretende preservar e divulgar a história e a arte do pão, e o **5 Museu do Brinquedo**, “dedicado a todos os adultos que já foram crianças e a todas as crianças que, um dia, hão-de ser adultos”.

Mas não deixe de ir ao **6 Museu Etnográfico do Rancho “Os Pastores de São Romão”**, apoiado no âmbito do LEADER, que conta com um interessante acervo relacionado com a pastorícia e os lanifícios.

Ainda por Seia, se gosta particularmente de mel e tem curiosidade em saber como se faz, visite a melaria tradicional **7 Lagemel**, na Lapa dos Dinheiros. O projeto, que beneficiou do apoio LEADER, representa a concretização de um sonho de infância de um apicultor da região.

Com tempo, parta ao encontro da **8 Quinta do Espinho**, em Barriosa, Vide, nos limites do concelho de Seia (e do Parque). Aguardente de medronho e mel de urze são os produtos mais emblemáticos desta empresa criada há 20 anos por um jovem da terra com o apoio do programa LEADER.

Para dormir, a Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela (ADRUSE) aconselha as **9 Casas da Lapa**. O projeto de recuperação da antiga casa serrana, apoiado pelo LEADER, distingue-se pelo conforto e sofisticação dos interiores, em contraste com a agreste paisagem envolvente.

A meia encosta da Serra, Gouveia presta-se a

enriquecedoras e retemperadoras caminhadas, que promovem o contacto com as populações locais.

Sugere-se a **Rota dos Galhardos**, que aproveita em grande parte o troço de duas calçadas romanas: Galhardos e Cantarinhos. É um percurso pedestre de pequena rota, com 11,2 km de extensão e duração aproximada de três horas, que tem como ponto de partida e chegada Folgosinho.

Ainda em Gouveia, aproveite para conhecer os trabalhos em barro de **10 Franclim Páscoa**, em Aldeias, e visite a **11 Companhia das Abóboras**, em Nespereira, para comprar compotas para a família e amigos. Poderá também visitar o **12 canil Montes Hermínios** para conhecer, de perto, em ambiente familiar, o fiel e robusto cão da Serra da Estrela. O gosto pelo cão e a necessidade de salvaguardar a raça levaram António Lourenço a criar este canil, pioneiro na promoção e valorização do cão da Serra da Estrela. Os três projetos foram apoiados pelo LEADER.

No centro da cidade, na Quinta da Borrachota, o **13 Parque Biológico de Gouveia** poderá ser uma boa



9 Casas da Lapa

alternativa para explorar a fauna e flora da Serra da Estrela, sobretudo na companhia dos mais novos. A cinco minutos daqui, na aldeia de Vinhó, o **14 hotel Madre de Água** surpreende pela sua cozinha, numa interpretação contemporânea dos ingredientes e das receitas da região.

De carro, com tempo, parta ainda à descoberta dos encantos da Aldeia Histórica de Linhares, Celorico da Beira, Guarda e Covilhã, para fechar com chave de ouro a visita à Estrela.

Uma das montanhas mais vivas entre as serras de Portugal, como refere Suzanne Daveau, nos seus escritos de 1978, que, pela sua natural complexidade e grande diversidade de atividades que proporciona, merece ser descoberta ao ritmo do nosso passo. Para apreciar e apreender, em cada olhar, em cada gesto, a grandiosidade da Serra da Estrela.

a fauna e a cultura secular deste território de montanha poderá dirigir-se ao **1 Centro de Interpretação do Parque Natural da Serra da Estrela**, na Torre.

Manteigas é também um excelente ponto de paragem

produtos alimentares inesperados, aliados a uma imagem distinta e embalagem exclusiva.

Em Seia, o **3 Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)** dispõe de vasta informação sobre a geologia, geomorfologia, flora e fauna desta área protegida, assim como programas de atividades, cursos e saídas temáticas, exposições e percursos.

Próxima do Planalto da Torre, Loriga apela aos desportos de inverno mas também a “mergulhar” na natureza. Inseridos na **Rota da Broa de Loriga**, promovida pela Confraria da Broa e do Bolo Negro, quatro percursos pedestres de pequena rota – Eira, Entre socalcos e moinhos, Panorâmica do Vale de Loriga, Milho em terras de xisto – convidam a provar a água frescas das fontes, a sentir o cheiro das flores da Serra, o alecrim, o rosmaninho, a urze

Em Seia encontra dois museus de referência e visita



Parque Natural da Serra da Estrela
<http://goo.gl/6l629>

Trilhos Verdes
<http://manteigastrilhosverdes.com>

Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE)
<http://www.cise.pt>

Confraria da Broa e do Bolo Negro de Loriga
<http://www.confrariadeloriga.org>

Rota dos Galhardos
<http://goo.gl/QDWhm>

ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
<http://www.adruse.pt>

ADERES – Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
<http://www.aderes.com.pt>

PRÓ-RAIA – Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte
<http://www.pro-raia.pt>

RUDE – Associação de Desenvolvimento Rural
<http://www.rude-adr.pt>



Parque Biológico da Lousã

“Com o apoio LEADER II, LEADER+ e SP3 PRODER, foi possível a construção de um projeto sustentável.”

Jaime Ramos, presidente do Conselho de Administração da Fundação ADFP

Desde o final dos anos 1990 que a entidade então chamada Associação de Desenvolvimento e Formação Profissional (hoje convertida em Fundação ADFP) tem recorrido à DUECEIRA/GAL ELOZ para apoiar o desenvolvimento de vários projetos, destinados a promover a integração social e profissional das pessoas com deficiência e doença mental.

Os sete projetos da Fundação ADFP apoiados pelo LEADER foram realizados nas várias áreas de trabalho da Fundação – formativa, cultural, terapêutica, ambiental, etc. –, tendo sempre a Quinta da Paiva como centro para a sua realização, o que foi consolidando o local como um importante centro para a realização dessas atividades, particularmente vocacionado para as pessoas com deficiência e doença mental.

Isto culminou com a sua transformação, em 2007, no Parque Biológico da Serra da Lousã, reforçando a sua vertente ambiental, turística e de lazer, o que aumentou o número de visitantes (cerca de 100 mil por ano), traduzindo-se no crescimento das receitas e consequente consolidação e sustentabilidade do trabalho de inclusão social da Fundação ADFP.

Importante para a atratividade do parque são as espécies de vida selvagem que possui, desde o lobo à raposa, passando pela águia e pela lontra, permitindo que os visitantes tenham uma ideia da biodiversidade dos sistemas de agropastorícia tradicional em Portugal.

Localização	Lousã
Data da candidatura	1997/2013
Investimento total	487.745,00 EUR
Comparticipação LEADER	60%
Postos de trabalho criados	13



Centro de Interpretação da Natureza do Sítio das Fontes

“O Parque necessitava de complementar a oferta que tinha, o que foi possível com este centro, apoiado pelo LEADER.”

José Fernando Vieira, Arquitecto Paisagista da Câmara Municipal da Lagoa

O Sítio das Fontes é um espaço natural único, privilegiado pela diversidade de ambientes paisagísticos que engloba – sapal, paúl, matagal e uma pequena lagoa sazonal –, sendo um local apazível aonde acorrem milhares de pessoas por ano, para descoberta do património natural, desfrutar dos diversos equipamentos disponíveis, comemorar datas festivas ou simplesmente para o contacto com a natureza.

A sua importância histórico-cultural deve-se à existência de vestígios de atividades humanas que datam de tempos remotos.

Para desenvolver a vertente de educação ambiental e promoção dos valores naturais e culturais da região, a Câmara Municipal da Lagoa sentiu a necessidade de reconstruir um edifício do parque, adaptando-o para funcionar como Centro de Interpretação da Natureza. O projecto apresentado pela Câmara Municipal à VICENTINA recebeu apoio do Programa LEADER II.

Foi assim possível criar o Centro de Interpretação da Natureza do Sítio das Fontes, onde os visitantes podem obter um conhecimento mais profundo do parque e do seu ecossistema, as suas várias nascentes de grande caudal e o património histórico-cultural, assim como apreciar a sua beleza natural e importância ecológica.

Localização	Lagoa
Data da candidatura	1998
Investimento total	99.433,47 EUR
Comparticipação LEADER	50%
Postos de trabalho criados	0



Recuperação dos Habitats do Parque Natural da Madeira

“Um dos grandes objetivos do projeto passou por potenciar a utilização por parte do turismo ecológico e científico.”

Paulo Oliveira, Diretor do Parque Natural da Madeira

O projeto de Recuperação dos Habitats no Parque Natural da Madeira foi desenvolvido devido ao facto de as ilhas Selvagens terem sido continuamente utilizadas pelo Homem, de uma forma bastante regular, durante os últimos 100 anos, o que prejudicou o seu frágil ecossistema natural. Nestas ilhas, como na maior parte dos ecossistemas insulares oceânicos, a introdução de animais e plantas tornou-se um dos grandes problemas de conservação do ambiente natural.

Na Selvagem Grande e na Deserta Grande as espécies importadas de outros territórios mais lesivas para o habitat natural foram a cabra *Caprus hircus*, o coelho *Oryctolagus cuniculus*, o murgancho *Mus musculus* e a tabaqueira *Nicotiana glauca*. As ilhas tornaram-se menos interessantes para fins de utilização turística e de lazer, mas assistiu-se acima de tudo a uma degradação do seu valor natural.

Para controlar ou erradicar estas espécies, com vista a permitir a recuperação do património natural das ilhas, foi criado o projeto Recuperação dos Habitats. Promovido pelo Parque Natural da Madeira, com o apoio da ACAPORAMA, obteve a comparticipação do Programa LEADER+.

Esta iniciativa permitiu recuperar os habitats naturais, potenciando em simultâneo o desenvolvimento do turismo ecológico e científico, que têm cada vez mais expressão a nível internacional.

Localização	Ilhas Desertas
Data da candidatura	2006
Investimento total	80.000,00 EUR
Comparticipação LEADER	75%
Postos de trabalho criados	0